



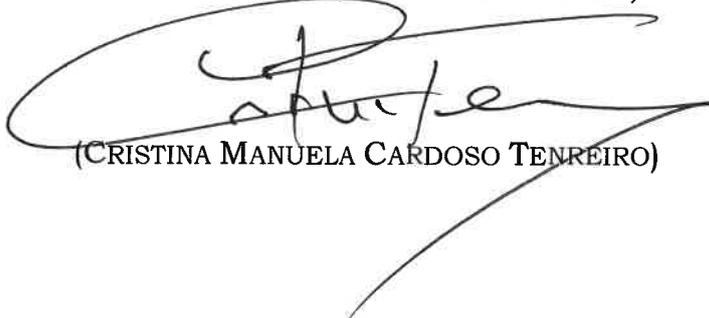
EDITAL N.º 17/2023/DAOA-AM

CRISTINA MANUELA CARDOSO TENREIRO, Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira: -----

Torno público que, nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se afixa, no átrio do edifício dos Paços do Concelho, em anexo ao presente edital e do qual faz parte integrante, a ata da sessão ordinária desta Assembleia Municipal de 30 de junho de 2023, aprovada na sessão ordinária de 22 de setembro de 2023, e vai outro de igual teor ser publicado no sítio da Internet do Município de Santa Maria da Feira. -----

Paços do Concelho de Santa Maria da Feira, 25 de setembro de 2023. --

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,



(CRISTINA MANUELA CARDOSO TENREIRO)



ATA N.º 13 – No dia 30 de junho de 2023, reuniu, às 20 horas e 45 minutos, no Europarque, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria Feira, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia, Carlos Jorge Campos de Oliveira, integrando ainda a Mesa a 1.ª Secretária da Mesa, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Atas: -----**
Ata N.º 11 – Sessão Ordinária de 28 de abril de 2023, -----
Ata N.º 12 – Sessão Extraordinária de 13 de junho de 2023; -----
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município; -----**
- 3 – Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município 2022; -----**
- 4 – 3.ª Alteração Orçamental Modificativa – retificação anos seguintes; -----**
- 5 – Alteração do Mapa de Pessoal para 2023; -----**
- 6 – Requalificação ambiental das margens do Rio Uíma – 4.ª Fase ----**
- Confirmação de utilidade pública da obra; -----
- 7 – Alteração à postura de trânsito para a Rua Professor Vicente Reis (troço compreendido entre a Rua Florbela Espanca e a Rua Professor Doutor Beleza dos Santos) – Arrifana; -----**
- 8 – Alteração à postura de trânsito da Rua da Fontanheira e Rua Dom Dinis, pertencentes às Freguesias de Arrifana e Milheirós de Poiares; -----**
- 9 – Alteração à postura de trânsito na Travessa de Santa Teresinha e Rua das Terças – Canedo; -----**
- 10 – Alteração à postura de trânsito – Urbanização da Quinta do Areeiro – São João de Ver; -----**
- 11 – Alteração à postura de trânsito – Avenida do Mar – São João de Ver; -----**



- 12 - Estatuto do Direito de Oposição - Relatório de Avaliação do ano de 2022; -----
- 13 - Plano de Igualdade e Não Discriminação do Município de Santa Maria da Feira; -----
- 14 - Programa Movimento e Bem-Estar - Transferência de verbas 2022-2023; -----
- 15 - Programa de Apoio ao Desporto: Medida 6 - Apoio a equipamentos desportivos: d) Manutenção de pavilhões gimnodesportivos -----
- Atribuição de Apoio à União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior; -----
- 16 - Proposta de constituição de júri para concursos de cargos de dirigente. -----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Vice-Presidente - Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, e pelos(as) Vereadores(as) Sónia Marisa Lopes Azevedo, António Gil Alves Ferreira, Ana Cristina Prego Simões Ozório, Mário Jorge de Castro Reis, Márcio Santos Correia, Sérgio Manuel Murteira Cirino, Maria Manuela de Jesus Ferreira Alves e Pedro Manuel Soares Vieira (em substituição do Vereador Délio Manuel Ferreira Carquejo). -----

Não estiveram presentes o Presidente da Câmara - Emídio Ferreira dos Santos Sousa (por se encontrar no estrangeiro, em representação do Município), e o Vereador Vitor Carlos Latourrette Marques. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, começando por saudar todos os presentes, incluindo as intérpretes da Língua Gestual Portuguesa, bem como quem assistia à sessão via on-line -----

Anunciou que a sessão se encontra a ser transmitida em direto e on-line, depreendendo-se que os eleitos prestam o seu consentimento para o efeito,



informando ainda que iria circular uma declaração para ser subscrita pelo público presente, para, dessa forma, ser prestado o consentimento em cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).----

Dando início aos trabalhos, deu nota da impossibilidade da 2.ª Secretária da Mesa da Assembleia, Eva Lúcia Fernandes da Costa, participar na sessão, daí haver a necessidade de completar a Mesa. Convidou, para esse efeito, o grupo municipal do PS a indicar um membro, tendo sido designado o membro Virgílio da Silva Ribeiro, o qual integrou a Mesa.-----

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia informou que os membros Ana Patrícia Bastos da Cunha (PSD), João Luís Almeida Cunha (PSD), Eva Lúcia Fernandes da Costa (PSD), Susana Daniela Ferreira da Silva (PSD), Rui Fernando Guedes Ribeiro (PSD) e Cláudio Alexander Brandão da Costa (PS) comunicaram não poder estar presentes nesta sessão, pelo que, nos termos legais e regimentais, são substituídos pelos cidadãos imediatamente a seguir nas respetivas listas, do modo a seguir discriminado:-----

- Ana Patrícia Cunha: substituída pela Regina Maria Gonçalves da Silva *(uma vez que o cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – António Perestrelo de Lima – fez comunicar à Mesa da impossibilidade de participar nesta sessão);*-----
- João Cunha: substituído pelo Jorge Paulo das Neves Pereira;-----
- Eva Costa: substituída pela Joana Inês Carvalho Coelho Ribas;-----
- Susana F. Silva: substituída pelo Rui Manuel de Azevedo Gomes Giro *(uma vez que os cidadãos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – Cláudia Oliveira Antunes Correia, António Luís da Costa Ferreira e Cláudia Sofia de Sousa Santos – fizeram comunicar à Mesa da impossibilidade de participarem nesta sessão);*-----
- Rui Ribeiro: substituído pela Cecília Santos Oliveira;-----
- Cláudio Costa: substituído pela Alexandra Patrícia Alves de Sousa – a qual entrou no decorrer da sessão.-----



Informou, ainda, da entrada na Mesa de 4 pedidos de delegação de representação para a presente sessão, formulados pelos Presidentes das seguintes Juntas de Freguesia: -----

- Argoncilhe: Manuel Pereira dos Santos (PSD) – delegou a representação na Secretária do Executivo: Sandra Maria da Silva Castro – *a qual entrou no decorrer da sessão*; -----
- Milheirós de Poiares: Manuel António Martins de Melo (IND) – delegou a representação no Secretário do Executivo: Carmindo Joaquim Leite de Bastos; -----
- União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo: Fernando Luís Milheiro de Pinho Leão (PSD) – delegou a representação no Vogal do Executivo: Fernando Adriano de Sousa Pinho – *o qual entrou no decorrer da sessão*; -----
- União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô: Francisco Manuel de Oliveira Andrade (PS) – delegou a representação na Tesoureira do Executivo: Jéssica Oliveira e Sousa.-----

Sendo assim, encontravam-se presentes, no início da sessão, 40 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente: -----

Pelo Partido Social Democrata (PSD):-----

Carlos Jorge Campos de Oliveira; Cristina Manuela Cardoso Tenreiro; Ana Rafael Lima Lamas Barros; Rodolfo Antero Oliveira Castro; Carlos Eduardo Soares de Seixas; Serafim Manuel da Rocha Guimarães; Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Joana Patrícia Fonseca da Silva; José Moreira de Jesus Castro; Jorge Manuel Fernandes Oliveira da Silva; Mário Jorge Soares da Silva Brito; Regina Maria Gonçalves da Silva; Jorge Paulo das Neves Pereira; Joana Inês Carvalho Coelho Ribas; Rui Manuel de Azevedo Gomes Giro; Cecília Santos Oliveira; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fornos – César Jorge Pais Resende; Paços de Brandão – Avelino Carvalho Costa; Rio Meão – Maria da



Conceição Fidalgo da Silva; São Paio de Oleiros – Maximino Francisco da Costa; e União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira, -----

Pelo Partido Socialista (PS):-----

Susana Alexandra Lopes Correia; Manuel Oliveira de Almeida; Domingos Manuel da Silva Florim; Marco Aurélio Oliveira de Jesus; Rosa Maria Pinto da Silva; Daniel Tavares Gomes; Virgílio da Silva Ribeiro; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Marco António Gomes Gonçalves; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Nogueira da Regedoura – Rui Alves Rios; Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; e União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Jéssica Oliveira e Sousa;---

Pelo Bloco de Esquerda (BE): Tiago de Oliveira Paiva; -----

Pelo Partido Popular (CDS-PP): Ângelo Manuel Andrade Santos;-----

Pela Iniciativa Liberal (IL): Carlos Ferreira Martins da Silva; -----

Pelo Chega (CH): Miguel Branco Santos Alves; -----

Pela Coligação Democrática Unitária (CDU): Carlos Miguel Moreira Cunha; --

Independente (IND): Carmindo Joaquim Leite de Bastos – em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares. -----

Entraram no decorrer da sessão: Lia Andreia Cristóvão Ferreira (PS), Job Santos Silva (PS), Alexandra Patrícia Alves de Sousa (PS), e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Sandra Maria da Silva Castro (PSD), Arrifana – Ricardo Leite de Oliveira (PSD), Fiães – António Valdemar Fontes de Pinho Ribeiro (PSD), Romariz – Nuno Joel Valente de Sousa Rocha (PSD), Santa Maria de Lamas – André Filipe Vivas Ramalho da Rocha (PSD) e da União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Fernando Adriano Sousa Pinho (PSD). -----

Faltaram à sessão, sem se fazerem substituir: os Presidentes das Juntas de Freguesia de Lourosa – Armando de Fontes Teixeira (PSD), Mozelos – José Carlos Pinto da Silva (PSD), São João de Ver – Nuno João Marques Soares



Albergaria (PSD), União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – José Carlos Baptista Martins (PSD) e União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – David António Henriques das Neves (PS). -----

Seguidamente, e na sequência do acordado pela Assembleia na sua sessão de 28 de dezembro de 2021, quanto à dispensa da leitura do documento relativo ao resumo do expediente a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º do Regimento, que faz a súmula da correspondência recebida e emitida pela Mesa após a última sessão ordinária realizada, o Sr. Presidente da Assembleia informou que esse documento foi enviado, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia. -----

É do seguinte teor o resumo do expediente recebido e emitido pela Mesa da Assembleia Municipal entre a sessão ordinária de 28 de abril de 2023 e a presente sessão: -----

- “Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Carlos Pereira, a remeter fotocópia do Voto de Pesar aprovado por esta Assembleia na sessão de 28 de abril de 2023, pelo falecimento da sua esposa, Dr.ª Etelvina Araújo;-----
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, para os devidos efeitos, fotocópia do Voto de Saudação subordinado ao tema “Viva o 25 de Abril!”, aprovado por esta Assembleia Municipal na sessão de 28 de abril de 2023, às seguintes entidades: -----
 - Líderes dos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CH, IL, PCP, BE e deputados únicos do PAN e LIVRE,-----
 - Presidente da Direção da Associação 25 de Abril,-----
 - Secretária-Geral da CGTP,-----
 - Secretário-Geral da UGT;-----
- E-mail do Presidente da Associação 25 de Abril, ao Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção do Voto de Saudação subordinado ao tema “Viva o 25 de Abril!”, aprovado por esta



- Assembleia Municipal na sessão de 28 de abril de 2023; -----
- E-mail, por instrução do Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PSD, ao Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção do Voto de Saudação subordinado ao tema “Viva o 25 de Abril!”, aprovado por esta Assembleia Municipal na sessão de 28 de abril de 2023;-----
 - Convite do Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Sanguedo, ao Presidente da Assembleia Municipal, para a comemoração do 25.º Aniversário daquela Delegação, a realizar no dia 1 de julho de 2023; -----
 - Convite da Presidente da Junta de Freguesia de Rio Meão, ao Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente na Sessão Solene do 30.º Aniversário de Elevação de Rio Meão a Vila, realizada no dia 20 de maio de 2023;-----
 - E-mail, por instrução da Presidente do Grupo Parlamentar do PCP, ao Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção do Voto de Saudação subordinado ao tema “Viva o 25 de Abril!”, aprovado por esta Assembleia Municipal na sessão de 28 de abril de 2023; -----
 - Convite do Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Entre o Douro e Vouga, EPE, ao Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente na sessão de homenagem à Prof. Doutora Paula Coutinho, realizada no dia 11 de junho de 2023 – o qual foi respondido, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, a confirmar a presença na referida sessão de homenagem; -----
 - E-mail, por instrução da Secretária-Geral da CGTP, ao Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção do Voto de Saudação subordinado ao tema “Viva o 25 de Abril!”, aprovado por esta Assembleia Municipal na sessão de 28 de abril de 2023; -----
 - Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, minutas e atas das
-



reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 24 de abril e 8 de maio de 2023;-----

- Convite da Presidente da Assembleia de Freguesia de São Paio de Oleiros, ao Presidente da Assembleia Municipal, para participar na Assembleia Comemorativa do 32.º Aniversário de Elevação de São Paio de Oleiros a Vila, realizada no dia 20 de maio de 2023, assim como a participar na “Festa das Coletividades” que se realizou de 16 a 18 de junho de 2023;-----
- Convite do Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande, ao Presidente da Assembleia Municipal, para participar nas Festividades da Corga da Moura, que se realizaram de 2 a 4 de junho de 2023;-----
- Convite do Diretor da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, ao Presidente da Assembleia Municipal, para a Sessão de Abertura das Comemorações dos 70 anos da FEP, realizada no dia 2 de junho de 2023; -----
- Convite do Presidente da Comissão de Festas de S. Tiago de Espargo, ao Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente na Festa em referência, a realizar nos dias 21, 22, 23 e 25 de julho de 2023, assim como a participa na solene procissão, no dia 23 de julho; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Tiago Paiva, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter requerimentos subordinados aos assuntos “Poluição por águas residuais em Lourosa” e “Abate de Árvore em Arrifana” – o qual foi enviado por e-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos;-----
- E-mail, por instrução do Vereador do Pelouro da Cultura, Educação, Juventude e Turismo, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter convocatória para uma reunião do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira, realizada no



- dia 16 de junho de 2023;-----
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este Órgão, a convocá-los para uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 13 de junho de 2023, bem como informando a respetiva Ordem do Dia;-----
 - Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, a informá-lo, bem como à Exma. Câmara, da realização de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, no dia 13 de junho de 2023, e indicando a respetiva Ordem do Dia;-----
 - E-mail do membro deste Órgão – Lia Ferreira, ao Presidente da Assembleia Municipal, a solicitar a possibilidade de participar telematicamente na sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 13 de junho de 2023, por lhe ser completamente impossível de o fazer presencialmente e por ter o maior interesse em participar dado o tema a tratar – ao que o Presidente da Assembleia Municipal respondeu informando não lhe ser possível anuir ao pedido, explicando as razões da sua decisão;-----
 - E-mail do membro deste Órgão – Lia Ferreira, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar da sua impossibilidade de estar presente na sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 13 de junho de 2023, e solicitando a sua substituição na referida sessão;-----
 - Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 22 de maio de 2023;-----
 - E-mail do membro deste Órgão – Tiago Paiva, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar da sua impossibilidade de estar presente na sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 13 de junho de 2023, por motivos pessoais, e solicitando a sua substituição



na referida sessão; -----

- E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Eva Costa, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar da sua impossibilidade de estar presente na sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 13 de junho de 2023, por motivos pessoais, e solicitando a sua substituição na referida sessão; -----
- Ofício do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para os efeitos previstos na Lei, o Relatório de Avaliação do ano 2022 do Estatuto do Direito de Oposição, informando ainda que o mesmo iria ser remetido aos partidos titulares do Direito de Oposição para efeitos do exercício do direito de pronúncia;-----
- Convite do Diretor da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, ao Presidente da Assembleia Municipal, para o Jantar de Gala Comemorativa dos 70 anos da FEP, a realizar no dia 7 de julho de 2023; -----
- Convite da Presidente da Junta de Freguesia de Escapães, ao Presidente da Assembleia Municipal, para participar no 16.º Encontro de Coletividades de Escapães, a realizar de 30 de junho a 2 de julho de 2023; -----
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este Órgão, a convocá-los para a sessão ordinária da Assembleia Municipal a realizar no dia 30 de junho de 2023, bem como informando a respetiva Ordem do Dia; -----
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, a informá-lo, bem como à Exma. Câmara, da realização de uma sessão ordinária da Assembleia Municipal no dia 30 de junho de 2023, e indicando a respetiva Ordem do Dia; -----
- E-mail da munícipe Lúcia Gomes, à Mesa da Assembleia Municipal, solicitando inscrever-se para intervir no Período de Intervenção do Público da sessão seguinte da Assembleia Municipal, para pedir



- esclarecimentos no âmbito do assunto “Cumprimento do Regimento e Funcionamento da Mesa”; -----
- E-mail do Presidente da Assembleia Municipal, à munícipe Lúcia Gomes, dando alguns esclarecimentos relativamente às questões colocadas pela mesma no âmbito do assunto “Cumprimento do Regimento e Funcionamento da Mesa”; -----
 - Convite da Associação Malapeiros Rolantes, ao Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente na “IV Descida Mais Louca da Malápia”, realizada no dia 24 de junho de 2023;-----
 - E-mail do membro deste Órgão – Ana Patrícia Cunha, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar da sua impossibilidade de estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de junho de 2023, por motivos pessoais, e solicitando a sua substituição na referida sessão; -----
 - E-mail do vereador em regime de não permanência da Câmara Municipal – Délio Carquejo, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que não pode estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de junho de 2023, por motivos de férias, e solicitando a sua substituição na mesma pelo vereador suplente – Pedro Vieira;-----
 - E-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, a convocá-los para uma reunião da referida Comissão, que se realizou no dia 26 de junho de 2023;-----
 - Convite do Presidente da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), ao Presidente da Assembleia Municipal, para assistir e participar na conferência “Consumidores somos todos nós”, a realizar no dia 6 de julho de 2023; -----
 - Ofício do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter informação prestada no seguimento do
-



requerimento apresentado pelo membro Tiago Paiva subordinado ao assunto “Poluição de águas residuais em Lourosa” – ofício que, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail; -----

- E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Cláudio Costa, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar da sua impossibilidade de estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de junho de 2023, por motivos pessoais, e solicitando a sua substituição na referida sessão; -----
- Ofício do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de junho de 2023;-----
- E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Manuel Melo, Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que o mesmo se faria representar, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de junho de 2023, pelo Secretário daquela Junta de Freguesia – Carmino Bastos; -----
- Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, minutas e atas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 5 e 9 de junho de 2023;-----
- E-mail, por instrução do membro deste Órgão – João Cunha, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar da sua impossibilidade de estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de junho de 2023, por motivos pessoais, e solicitando a sua substituição na referida sessão; -----
- E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Eva Costa, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar da sua impossibilidade



- de estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de junho de 2023, por motivos pessoais, e solicitando a sua substituição na referida sessão; -----
- Convite da Direção da Casa da Gaia – Centro de Cultura, Desporto e Recreio de Argoncilhe, ao Presidente da Assembleia Municipal, para assistir ao Sarau de Fim de ano daquela associação, a realizar no dia 2 de julho de 2023; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Manuel Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Argoncilhe, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que se faria representar, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de junho de 2023, pela Secretária daquela Junta de Freguesia – Sandra Castro; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Francisco Andrade, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que se faria representar, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de junho de 2023, pela Tesoureira daquela Junta de Freguesia – Jéssica Sousa; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Daniela Ferreira da Silva, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar da sua impossibilidade de estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de junho de 2023, por motivos profissionais, e solicitando a sua substituição na referida sessão; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Rui Ribeiro, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar da sua impossibilidade de estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de junho de 2023, por imperativo de última hora, e solicitando a sua substituição na referida sessão; -----
 - Ofício do Vice-Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a prestar esclarecimentos no seguimento do



requerimento apresentado pelo membro Tiago Paiva subordinado ao assunto "Abate de Árvores em Arrifana" – ofício que, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail."-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O **Sr. Presidente da Assembleia**, introduziu este período dando nota que a Mesa propõe a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do ex-vereador da Câmara Municipal, Sidónio Cruz. Posto isto, passou a ler o voto de pesar em referência, cujo teor seguidamente se transcreve: -----
"No dia 29 de junho de 2023, faleceu, aos 81 anos, Sidónio de Carvalho Martins da Cruz, ex-vereador da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, eleito em dezembro 1979 para o mandato 1980 – 1982, tendo assumido o pelouro das Obras Municipais e Particulares. -----
Sidónio Cruz integrou o Executivo Municipal liderado pelo então presidente da Câmara Aurélio Pinheiro e constituiu equipa com os vereadores Manuel Cunha Rodrigues, Orlando Oliveira, Rui Serrano, António Azevedo, Alfredo Henriques, Germano Santos e Manuel Strecht Monteiro, sendo presidente da Assembleia Municipal José Machado. -----
Homem de personalidade reservada, Sidónio Cruz revelou-se, de imediato, um exímio cumpridor das suas funções, respeitando escrupulosamente as regras da instituição e agindo sempre com elevada competência. -----
De forma empenhada, acompanhou o presidente Aurélio Pinheiro na apreciação e análise de relevantes processos urbanísticos, que viriam a desenhar o futuro da cidade de Santa Maria da Feira. -----
Na génese da sua atividade profissional esteve o Curso de Formação de Serralharia na Escola Industrial e Comercial de Viana do Castelo, município de onde é natural, tendo exercido relevantes funções na empresa Mecânica Exata, em S. Paio de Oleiros, e na CORFI, em Espinho. -----
Viveu a maior parte da sua vida na freguesia de Paços de Brandão, terra



que o acolheu, onde constituiu família e preservou sólidas relações de amizade.-----

Reunida a 30 de junho de 2023, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira delibera aprovar este Voto de Pesar, expressando as sentidas condolências aos familiares e amigos de Sidónio de Carvalho Martins da Cruz.”-----

Submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 39 votos a favor (PSD:22, PS:12, BE, CDS-PP, IL, CH, IND) e 1 abstenção (CDU), aprovar o voto de pesar em referência, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. De seguida, foi reservado um minuto de silêncio em homenagem a Sidónio Cruz.-----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia informou da existência de uma proposta, subscrita por ele próprio, e de mais três documentos da iniciativa do BE que, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão e enviados, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia. Passou a ler a sua proposta, que, seguidamente, se transcreve:-----

“No passado dia 26 de junho de 2023 reuniu a Comissão Permanente tendo sido apreciado um requerimento do GMPS dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia onde solicita a criação de um grupo de trabalho para acompanhamento do processo em curso da linha ferroviária de alta velocidade entre Porto e Lisboa Fase 1: Troço Porto/Soure. -----

O Presidente auscultou todas as forças partidárias tendo sido unânime a posição quanto à pertinência da criação de uma comissão de acompanhamento do processo em curso da linha ferroviária de alta velocidade entre Porto e Lisboa Fase 1: Troço Porto/Soure e que a mesma deveria ser composta pelos membros da Comissão Permanente. -----



A iniciativa da criação de comissões ou grupos de trabalho nos termos do art. 47.º n.º 2 pode ser exercida pelo presidente, pela mesa ou por qualquer membro da assembleia. -----

Neste particular a iniciativa partiu do GMPS a que se associaram todos os demais partidos e a própria mesa.-----

Sendo da competência da Assembleia, nos termos do disposto no art. 4.º c), deliberar sobre a constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalho para o estudo de matérias relacionadas com as atribuições do município e sem prejudicar o funcionamento e a atividade normal da Câmara Municipal,-----

Propõe-se à Assembleia Municipal a constituição de uma Comissão de acompanhamento do processo em curso da linha ferroviária de alta velocidade entre Porto e Lisboa Fase 1: Troço Porto/Soure, composta pelos membros da Comissão Permanente e cujas regras de constituição e funcionamento se encontram definidas nos artigos 47ª a 50º do Regimento da Assembleia Municipal.”-----

De seguida, passou a palavra membro Tiago Paiva para fazer a apresentação dos documentos apresentados pelo BE.-----

Entraram os membros Ricardo Oliveira, Sandra Castro, Fernando Pinho, Nuno Rocha, António Valdemar Ribeiro, Alexandra Sousa, Job Silva e Lia Ferreira.-----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE), que apresentou e explanou os documentos que, seguidamente, se transcrevem: -----

“MOÇÃO - ATRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DA TARIFA SOCIAL DA ÁGUA -----

Os Feirenses vivem com dificuldades económicas cada vez maiores, tendo perdido uma parte substancial do rendimento, o que torna o custo de vida inabarcável. Neste contexto, é importante que o papel das autarquias seja cada vez mais ativo na defesa dos seus munícipes atuando como linha



da frente nas respostas sociais que são da sua competência. -----
A situação de carência económica em que muitas famílias se encontram resulta numa dificuldade enorme em cumprir o pagamento das despesas fixas, entre elas a fatura de água, fatura essa que continua a aumentar com resultado de um contrato de concessão à INDÁQUA que em nada serve os interesses dos Feirenses. -----
De acordo com o atual presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, só daqui a 9 anos é que talvez seja possível repensar os moldes da concessão, permitindo que um bem essencial seja matéria-prima para o lucro de poucos, e à custa de todos. -----
Ora, esta política de conivência e a sistemática recusa da aplicação automática da Tarifa Social da Água, está a fazer com que os feirenses não vislumbrem tão cedo um acesso digno e justo a um bem essencial. -----
A instituição de uma Tarifa Social da Água, Saneamento e Resíduos foi uma medida importante para muitas famílias carenciadas, isentando-as do pagamento de tarifas fixas e aumentando a quantidade de água definida como primeiro escalão de consumo. -----
Contudo, a aplicação desta tarifa social ainda é dependente de um moroso e complexo processo burocrático, dependente da iniciativa dos consumidores, fazendo com que o número de beneficiários seja manifestamente inferior ao universo potencial de pessoas singulares e agregados familiares elegíveis para esta tarifa de valor reduzido. -----
No entanto, está disponível, através da Direção Geral da Administração Local, a adesão ao mecanismo público da Plataforma de Interoperabilidade, que permite a aplicação automática do desconto da tarifa social nas faturas de todos os agregados com vulnerabilidade económica identificados no município com base nos dados da Autoridade Tributária e da Segurança Social, tal como já sucede na atribuição da tarifa social da energia. -----
A entidade reguladora dos setores da água e resíduos (ERSAR), já em 2018, em Recomendação aos municípios, realçou a “clara vantagem, para as



partes envolvidas, da atribuição automática da tarifa social a todos os consumidores elegíveis nos termos legalmente definidos, e que correspondem a pessoas singulares que se encontrem em situação de carência económica, tomando por referência, nomeadamente, serem beneficiários do complemento solidário para idosos, do rendimento social de inserção, do subsídio social de desemprego, do abono de família, da pensão social de invalidez, da pensão social de velhice ou pertencerem a um agregado familiar que tenha um rendimento anual igual ou inferior a 5.808 €, acrescido de 50% por cada elemento do agregado familiar que não aufera qualquer rendimento, até ao máximo de 10. -----

O Decreto-Lei n.º 147/2017 estabeleceu o regime de atribuição de tarifa social, a atribuir pelo município territorialmente competente e a aplicar a clientes finais do fornecimento dos serviços de águas. O referido decreto possibilita que a atribuição desta tarifa se proceda de forma automática, não carecendo de pedido ou requerimento. -----

Para esse efeito, os municípios obtêm a informação sobre a elegibilidade dos potenciais beneficiários, mediante o número de identificação fiscal do titular do contrato e do código do local de consumo, através da DGAL, que para este efeito consulta os serviços competentes da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira. -----

No município de Santa Maria da Feira, a automatização da Tarifa Social da Água poderá beneficiar cerca de 10 mil agregados familiares, segundo dados dos atuais beneficiários da Tarifa Social da Energia no concelho, uma vez que a automatização implica que o município use os mesmos critérios de atribuição da Tarifa Social da Energia para a atribuição da Tarifa Social da Água. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 30 de junho de 2023, delibera: -----

Que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira proceda à atribuição da Tarifa Social da Água automática através dos mecanismos previstos para o



efeito, dispensando a apresentação de requerimento, nos termos do Decreto-Lei n.º 147/2017.” -----

“RECOMENDAÇÃO – INTRODUÇÃO DE LIMITAÇÕES AO HORÁRIO DE TRABALHO EM DIAS EM QUE AS CONDIÇÕES CLIMATÉRICAS SEJAM INCOMPATÍVEIS COM AS FUNÇÕES FISIOLÓGICAS DOS TRABALHADORES QUE DESEMPENHEM FUNÇÕES EXPOSTAS A ESSAS CONDIÇÕES -----

Fatores como o calor e a humidade determinam se o organismo consegue manter as suas funções vitais equilibradas. Caso a temperatura corporal suba acima dos 38°C, as funções físicas e cognitivas são afetadas. Acima dos 40,6°C o risco de vida torna-se real. Após os 50 anos de idade, ou em pessoas com doenças como as vasculares, estes riscos tornam-se ainda maiores. O stress térmico, entendido como a dificuldade do corpo humano em regular a sua temperatura em situações extremas é, assim, uma realidade incontornável em setores de atividade mais expostos, que deve ser mitigada. -----

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), no seu relatório Trabalhar num Planeta mais Quente, refere que as “temperaturas acima de 39°C podem matar”. Mesmo assim, é possível verificar quotidianamente trabalhadores, especialmente no setor da construção civil e obras públicas, a exercer a sua atividade durante picos de calor. -----

Não se invertendo o catastrófico caminho do aquecimento global, este é um problema crescente. Vale lembrar que, segundo os relatórios anuais do IPCC, Portugal será dos países mais afetados pelo aumento da temperatura e pela seca. -----

A OIT estabelece “períodos de repouso regulares nos locais de trabalho” para combater o stress térmico no trabalho. A mesma organização das Nações Unidas reforça que em dias quentes “os horários de trabalho devem ser reduzidos ou serem introduzidas pausas incluídas no horário de trabalho”. -----



Assim, urge estabelecer mais períodos de pausa e descanso, especialmente nos meses de maior calor e em trabalhos de risco e com mais exposição. É preciso fazer mais investimento na climatização dos locais de trabalho. Nos setores mais expostos, devem ser introduzidos um número de dias por ano, aplicáveis nos períodos mais quentes, em que os trabalhadores são dispensados de trabalhar (ou se dedicam a tarefas sem risco, como receber formação em locais climatizados) sem perda de remuneração. A par disto, medidas mais gerais como a diminuição de ritmos e horários de trabalho são vitais. -----

O mesmo relatório da OIT considera que outros fenómenos climatéricos, tais como a humidade ou a velocidade do vento, impactam a capacidade de trabalho físico dos trabalhadores. Fenómenos esses são particularmente comuns e que assim merecem a reflexão das autoridades e instituições competentes, de modo a salvaguardar trabalhadores. -----

Não obstante da necessidade de introduzir estas normas na legislação geral do país, as instituições públicas como as autarquias devem liderar pelo exemplo, antecipando-se a estas alterações – seja nos serviços prestados pelas mesmas, seja em sede dos contratos a serem celebrados com outras entidades. -----

É fundamental que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira garanta a proteção dos seus trabalhadores e dos trabalhadores ao serviço de obras da autarquia. Com as alterações climáticas, os fenómenos climáticos extremos são mais frequentes e Santa Maria da Feira não é exceção. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 30 de junho de 2023, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera recomendar à Câmara Municipal:-----

1. Introduza em dias de calor intenso, medidas de redução da carga horária no trabalho municipal, em obras municipais e outros trabalhos ao serviço da autarquia que estejam sujeitos aos elementos climatéricos.-----



2. Introduza em dias de outras condições adversas (como vento forte por exemplo), medidas de redução da carga horária no trabalho municipal, em obras municipais e outros trabalhos ao serviço da autarquia que estejam sujeitos aos elementos climatéricos.” -----

“VOTO – PROTESTO PELO ABATE DE ÁRVORES EM ARRIFANA-----
Assistimos durante o passado mês de maio ao abate de árvores de grande e médio porte na área do Largo da Feira em Arrifana, onde durante décadas se realizou a Feira dos Quatro e num espaço que é de todos e para todos os cidadãos que ali convivem e que usufruem daquele espaço. A população mostrou-se indignada com a obra de requalificação e o Bloco de Esquerda, em requerimento, questionou a Câmara sobre os critérios que estiveram na base do abate, assim como no que concerne às diligências que foram utilizadas para auscultar a população. A gravidade da situação, aliada à falta de explicações por parte deste executivo motivam o nosso repúdio face ao atentado ambiental que foi levado a cabo.-----

O regime jurídico de gestão do arvoredado urbano (Lei n.º 59/2021, de 18 de agosto) define como alguns dos princípios basilares da gestão do património arbóreo o Princípio da proteção, que promove a defesa dos valores mais importantes do património arbóreo, o Princípio da precaução, que determina a adoção de medidas preventivas contra ações que ponham em risco a proteção do arvoredado urbano e biodiversidade associada e o Princípio da responsabilidade, que promove a educação ambiental e a responsabilização de quem, direta ou indiretamente, provoque danos ao arvoredado e biodiversidade associada. Sendo óbvio que a empreitada levada adota medidas que estão em claro contrassenso com os princípios consagrados na Lei, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 30 de junho de 2023 delibera:-----

1. Protestar contra o abate de árvores de grande e médio porte levado a cabo nas obras de requalificação do Largo da Feira em Arrifana.-----



2. Impelir o executivo municipal para o cumprimento dos princípios consagrados do regime jurídico de gestão do arvoredo urbano, com especial enfoque nos princípios da proteção, precaução, responsabilidade, identificação (que promove o conhecimento, a classificação e a inventariação dos elementos que integram o arvoredo e biodiversidade associada), do conhecimento e da ciência (que determinam que as ações de planeamento e gestão do arvoredo urbano tenham por base o conhecimento técnico e científico), bem como do princípio da informação e da participação (que promove o envolvimento dos cidadãos no desenvolvimento de políticas ambientais e o acompanhamento da concretização dessas políticas). -----

3. Alertar a Câmara no sentido da prudência para que situações como esta não se voltem a repetir.”-----

Interveio o membro **Carlos Cunha** (CDU) que começou por dizer, sobre a proposta para a constituição da comissão de acompanhamento do processo em curso da linha ferroviária de alta velocidade, que, apesar de na reunião da Comissão Permanente a CDU não se ter manifestado contra a criação da referida comissão de acompanhamento, entendeu que a constituição da mesma não faz sentido. Referiu que, a Assembleia Municipal, na sua sessão extraordinária, realizada no passado dia 13 de junho, defendeu o trajeto B, o qual não passa no concelho de Santa Maria da Feira, pelo que a CDU entende que criar uma comissão por algo que não se aceita que passe pelo Concelho, não faz sentido. -----

Interveio o membro **Marco Jesus** (PS) que, aludindo à moção sobre a aplicação automática da tarifa social da água, disse que o grupo municipal do PS, a iria votar da mesma forma de sempre, ou seja, favoravelmente. ----
Referiu que não dá para perceber a posição da Câmara nesta matéria, salientando que recusar a aplicação automática da tarifa social é adiar o



inadiável, é adiar o futuro. Fez notar que a Câmara está a aplicar um modelo desatualizado, que é o do requerimento, em que o munícipe tem de preencher uma serie de formulários para, depois, ficar à espera da resposta da Câmara Municipal e da Indaqua. -----

Referiu que, outra questão, até mais importante, é que a aplicação automática da tarifa social da água pode abranger muitos mais beneficiários, acrescentando que leu, recentemente, uma notícia no jornal Público a informar que este regime, de acesso à tarifa social, aumentou o número de famílias beneficiárias, que passou de 140 para 7.000 famílias. -- Salientou que, em Santa Maria da Feira, num concelho com uma população envelhecida e com uma tremenda iliteracia, nestas questões, a Câmara continua a tentar adiar o inadiável, realçando que esta, não pode, num dia, promover uma visão progressista e de desenvolvimento para o município e, no outro dia, pedir aos cidadãos que preencham, presencialmente, requerimentos e afins. -----

Em relação ao voto de protesto pelo abate de árvores em Arrifana, disse ter tido conhecimento da resposta dada pela Câmara ao requerimento apresentado pelo BE, constatando que as questões não foram respondidas. Com efeito, o grupo municipal do PS perguntou qual é o número de árvores abatidas naquele espaço e se são arvores de alguma espécie protegida, bem como qual é o critério usado pela Câmara no abate das árvores nos projetos de requalificação. Referiu que a Câmara não deveria continuar a abater árvores de forma sistemática, sem uma explicação pública prévia, destacando que esta medida deveria ser implementada. -----

Sobre a recomendação relativa à introdução de limitações de trabalho em dias em que as condições climatéricas sejam incompatíveis com as funções fisiológicas dos trabalhadores que desempenham funções expostas a estas condições, referiu que o BE recomenda que a Câmara, enquanto entidade patronal ou adjudicante de obras e serviços municipais, venha a limitar o horário de trabalho praticado em condições climatéricas adversas, como



sejam o calor e o frio intensos, embora a recomendação se fique pelo exemplo do vento forte. Disse que, no fundo, esta recomendação visa uma medida adicional de proteção do trabalhador ao ar livre, acrescentando que, em Portugal, bem como na maioria dos países europeus, ainda não há legislação que interrompa o trabalho praticado nestas condições. -----

Referiu que isso não quer dizer que a Câmara, ou outra entidade, não possa aplicar salvaguardas aos trabalhadores, em benefício destes, dando nota que, dentro do quadro legal existente, a Câmara pode e deve adotar medidas de prevenção no sentido de respeitar e melhorar os direitos dos trabalhadores em todas as suas vertentes, como atribuir equipamento adequado, roupa mais fresca, pausas frequentes, postos de água em caso de calor, capas para a chuva e botas impermeáveis para o inverno. -----

Salientou que, a recomendação do BE vai muito para além dessas medidas e tem uma natureza e complexidade que apontam em várias frentes, aludindo à dificuldade em determinar o âmbito das funções, questionando se o simples figurante da Viagem Medieval, a trabalhar, em pleno verão, pode ser considerado equiparado a um cantoneiro. Deu nota, ainda, da complexa decisão sobre os limites de temperatura ou de vento a partir do qual os trabalhadores não podem trabalhar e devem ser protegidos. Referiu que, não fazendo isto parte das condições gerais típicas dos vínculos contratuais, a pergunta que se coloca, é como produzirá efeito sem o necessário enquadramento legal. Disse que, depois, não é só a mera aplicação da norma contratual que obriga a empresa particular a cumprir com o estabelecido, mas também a possibilidade de haver contratos com cláusulas contraditórias. Aludiu, a título de exemplo, que a recomendação parte do princípio que a Câmara obriga a empresa a indicar uma data concreta para a conclusão da obra, pelo que pergunta se, impondo-lhe alguma imprevisibilidade na prestação do trabalho, não está a comprometer a entrega final da obra na data pré-estabelecida.-----

Por último, e como dura observação à recomendação, questionou quem



ficaria com os encargos desta medida, se a Câmara Municipal, se a empresa particular ou se a Segurança Social.-----

Disse que estas questões têm que ser levantadas, dando nota que o BE está a propor toda uma alteração do paradigma no mercado de trabalho, que poderá ser norteado com medidas nacionais ou europeias, e não tanto por decisões regionais ou locais.-----

Concluindo, realçou que foi recentemente aprovada a Agenda do Trabalho Digno e que a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) tem feito um trabalho exemplar na proteção dos trabalhadores, pelo que, levando tudo isso em devida conta, o grupo municipal do PS vota contra esta recomendação.-----

Usou da palavra a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que disse que esta sua intervenção é desencadeada pelas palavras proferidas pelo membro Carlos Cunha quanto à proposta da Sr. Presidente da Assembleia para a criação da comissão de acompanhamento, no seguimento do proposto pelo grupo municipal do Partido Socialista.-----

Salientou que o assunto foi debatido pela Comissão Permanente, na reunião preparatória à presente sessão, comentando que, nessa reunião, se entendeu da pertinência quanto à importância da criação do grupo de trabalho em questão, pelo que, assim, o assunto foi presente à Assembleia Municipal para ser submetido a votação.-----

Disse que, assim sendo, ficou um pouco espantada pela mudança de posição demonstrada pela CDU, acrescentando que o grupo de trabalho está previsto no Regimento da Assembleia Municipal e é um instrumento que pode ser usado pelos eleitos para acompanhar os assuntos que são de interesse do Município.-----

Disse não conseguir acompanhar a ideia de que a linha de alta velocidade é algo que já não faz sentido, pois nem sequer se conhece qual vai ser o traçado, recordando que, na última sessão da Assembleia Municipal, foi



deliberado ponto um, aprovar o traçado B, e, ponto 2, aprovar um traçado alternativo, que não é conhecido. Entende, assim, que esta Assembleia Municipal, juntamente com os demais partidos que representam todo o Município, tem muito trabalho de acompanhamento a fazer, tanto à Câmara Municipal como aos demais órgãos que estão envolvidos neste processo. -----

Concluindo, disse achar que o membro Carlos Cunha, representante da CDU, devia questionar-se sobre a importância do tema, para o qual os membros da Assembleia Municipal foram eleitos. -----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que disse, no respeitante à criação de uma comissão de acompanhamento do processo da linha ferroviária de alta velocidade, que entende que essa comissão, não só é pertinente, como devia ser obrigatória, não para impedir o projeto, mas sim para prevenir as causas que daí poderão advir para os cidadãos do Concelho, seja qual for o traçado decidido pela tutela. -----

Referiu que o Município tem de estar alerta para, juntamente com todas as forças partidárias, acompanhar este processo, de maneira a salvaguardar as pessoas, para que não sejam confrontadas com um facto consumado. ---

Interveio a deputada municipal **Ana Lamas** (PSD) para manifestar a posição do grupo municipal do PSD sobre os documentos em apreço, passando a ler documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“• Moção: Atribuição automática da Tarifa Social da Água (BE)-----
Votaremos contra esta moção por todos os motivos já expostos em assembleias municipais anteriores. -----

• Proposta: Grupo de Trabalho para acompanhamento do processo em curso da linha ferroviária de alta velocidade entre Porto e Lisboa Fase 1: Troço Porto/Soure (Mesa da Assembleia Municipal) -----



Votaremos a favor deste grupo de trabalho, uma vez que não se trata de um grupo de trabalho de caráter permanente, trata-se de um assunto absolutamente extraordinário e que deve unir todos os feirenses perante uma posição do estado central, uma vez que terá um impacto significativo dos feirenses. -----

• **Recomendação:** Introdução de limitações ao horário de trabalho em dias em que as condições climatéricas sejam incompatíveis com as funções fisiológicas dos trabalhadores que desempenhem funções expostas a essas condições (BE) -----

Votaremos contra esta recomendação, uma vez que a mesma deverá ser debatida na Assembleia da República, uma vez que estas matérias têm de ser legisladas e acompanhadas em sede própria e com os mecanismos e instituições que acompanham, ou devem acompanhar situações como as retratadas. Não compete à Assembleia Municipal legislar e discutir estas situações, mas sim à Assembleia da República. -----

• **Voto:** Protesto pelo abate de árvores em Arrifana (BE) -----

Votaremos contra este voto de protesto, uma vez que a intervenção para a freguesia de Arrifana terá em linha de conta a reordenação do estacionamento, um aumento significativo de área verde, contemplará zonas de estar e permitirá ao mesmo tempo realizar a feira, tornando aquele local para usufruto de todos.” -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse, a respeito da proposta de criação da comissão de acompanhamento do processo da linha ferroviária de alta velocidade, que essa comissão pode representar um instrumento fundamental de responsabilização dos intervenientes e de defesa dos direitos dos feirenses, porque, como se viu na última sessão desta Assembleia, se a linha passar por Santa Maria da Feira, vai afetar de forma significativa a vida de centenas de feirenses. -----

Referiu que, assim sendo, se pode sempre contar com o trabalho do BE na



comissão, nomeadamente ao nível da fiscalização da ação dos diferentes intervenientes no processo decisório e de influência, emitindo os pareceres que daí advenham, bem como tomando posições de defesa dos interesses dos feirenses. Acrescentou que, para o caso de se confirmar uma opção de traçado que afete de forma indelével a vida dos feirenses, a comissão também pode e deve reivindicar, junto dos órgãos da administração central, as devidas medidas compensatórias para a população e para o território afetado. Salientou que o projeto de alta velocidade é um projeto nacional, mas, se o traçado afetar de forma indelével a vida dos feirenses, essas pessoas têm de ser compensadas, até para além do valor patrimonial em causa. -----

Sobre os documentos que o BE apresentou, esclareceu, em relação ao mencionado pelo membro Marco Jesus sobre a recomendação relativa à introdução de limitações ao horário de trabalho, que quem define o âmbito, ou não, é a Organização Internacional do Trabalho, incluindo os critérios da exposição a condições climatéricas adversas que podem colocar em causa a saúde e até a vida dos trabalhadores. -----

Em relação à questão do tempo de execução da obra, disse que essa é uma não-questão, salientando que as empresas têm que ajustar os seus compromissos e as suas responsabilidades aos recursos humanos e ao tempo para executar a obra, acrescentando que se a Câmara definir, como critério preferencial, entidades que tenham este cuidado para com a exposição dos trabalhadores a condições adversas, então o problema está resolvido. -----

Clarificou que esta recomendação não é uma tentativa de legislar, mas sim uma tentativa de que a Câmara mostre sentido de responsabilidade e lidere pelo exemplo, exibindo um especial cuidado ao impacto que as condições climatéricas extremas podem ter na saúde e na vida dos trabalhadores. ----

Interveio o membro **Carlos Cunha** (CDU) que disse, a respeito da decisão



tomada na reunião da Comissão Permanente favorável à criação da comissão de acompanhamento, que isso não quer dizer que, desde essa altura até este momento, a CDU não pudesse analisar a questão com outros olhos e chegar a outra conclusão. Referiu que só existe espanto quando há uma expectativa, lamentando que tenha sido criada essa expectativa e reforçando que a CDU entendeu alterar a sua decisão, e é livre de o fazer. -----

Em relação à recomendação do BE sobre a limitação de horário, disse ser uma matéria sensível, dando nota que a CDU se preocupa imenso com os trabalhadores, mas que já há diversas entidades, de diversas áreas, que devem fazer esse tipo de trabalho, como sejam a Medicina do Trabalho e as comissões ou subcomissões da área da Saúde. -----

Concluindo, disse que estar a desregular o horário de trabalho pode não satisfazer as necessidades do trabalhador, comentando que, ao tentar encontrar uma solução para um problema, pode-se estar a criar outro, pelo que, por este motivo, a CDU vota contra esta recomendação. -----

Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“Os impactos negativos da construção de uma Linha de Alta Velocidade ao lado de uma Linha do Comboio Alfa Pendular: A ameaça à sobrevivência dos Feirenses -----

Atendendo aos factos que nos foram reportados via whatsapp e confirmado in loco que já anda uma empresa de seu nome “GEOCONTROLE” que faz “Consultoria e Projeto Geotécnico” para Estradas e Autoestradas, Caminhos-de-ferro, Pontes e Viadutos, Aeroportos, Metropolitanos, Portos marítimos, e que por acaso também é a mesma a quem já foram adjudicados os trabalhos de investigação geotécnica para construção do futuro Aeroporto de Lisboa, na Base Aérea do Montijo; temos a dizer o



seguinte: -----

O desenvolvimento de infraestruturas de transporte é essencial para o progresso de uma região, no entanto a construção de uma linha de alta velocidade de comboio ao lado de uma linha já existente, como a do comboio Alfa Pendular, irá ter consequências gravíssimas para a comunidade local e para os feirenses. É necessário analisar cuidadosamente os aspetos negativos que essa decisão acarreta, os problemas decorrentes dessa construção, que incluem a demolição de casas e residências locais, a ameaça à sobrevivência dos feirenses e o questionável investimento em uma linha com bitola ibérica em detrimento da bitola europeia. Ao analisar os aspetos negativos e a falta de benefícios para a cidade, fica evidente a incorreção deste empreendimento. -----

A construção de uma nova linha de comboio de alta velocidade requer a demolição de casas e intensificação de locais que já estão protegidos há anos. Essa medida resulta na perda de património histórico, desalojamento de famílias e destruição de empregos e fontes de sustento. A remoção forçada de pessoas de suas residências e a destruição de empresas locais transferidas para a vida dos feirenses, desestruturando comunidades e causando sofrimento social e económico desnecessário. Além disso, a demolição prejudicará a economia da região, desanimando a vitalidade comercial. -----

A construção de uma nova linha de comboio de alta velocidade ao lado da linha existente vai afetar diretamente a sobrevivência dos feirenses. Muitas famílias dependem dessas propriedades como sua única fonte de moradia e sustento. Ao serem obrigadas a se deslocar, enfrentarão dificuldades em encontrar novas residências e empregos, além de perderem a rede de apoio e a comunidade em que estão inseridos. Isso causa desestruturação social e emocional, afetando a ocupação da qualidade de vida da população. O ruído, a vibração e o combustível gerado pelos comboios de alta velocidade podem ter efeitos negativos na qualidade de vida das pessoas que estão



próximas à nova linha. Além disso, a proximidade da linha de alta velocidade irá desvalorizar imóveis e afetar o comércio local, prejudicando os negócios e empregos existentes na região.-----

Um dos principais erros da construção dessa linha é uma opção pela bitola ibérica, quando a maioria dos países europeus utiliza a bitola europeia. Isso cria uma incompatibilidade entre as redes seguras, implica incompatibilidade com os sistemas de transporte ferroviário do resto da Europa, e dificulta a interoperabilidade dos comboios, limitando e prejudicando a mobilidade regional e internacional, além de aumentar os custos de manutenção de operação, as ligações e as possibilidades de transporte de passageiros e mercadorias. Essa escolha desconsidera a integração europeia e cria barreiras desnecessárias ao desenvolvimento e ao intercâmbio com outros países. -----

Gastos milionários sem benefícios claros e investimento sem benefícios para a cidade: A construção de uma linha de alta velocidade ao lado de uma linha já existente representa um investimento de milhões de euros e gastos milionários. No entanto, é importante questionar se este investimento irá gerar benefícios reais para a cidade de Santa Maria da Feira. A infraestrutura de alta velocidade não atende às necessidades dos feirenses e acaba sendo subutilizada, não justifica o alto custo envolvido. É essencial priorizar investimentos que atendam às demandas locais, no entanto, faltam benefícios claros para a cidade e seus habitantes e colocamos em questão a viabilidade desta empreitada. Os recursos financeiros poderiam ser direcionados para projetos mais urgentes e necessários, como a melhoria da infraestrutura existente, a expansão de serviços públicos ou investimentos em educação e saúde.-----

Em vez de investir na construção de uma nova linha de alta velocidade ao lado da linha existente, seria mais prudente considerar alternativas mais adequadas que otimizem o uso dos recursos disponíveis e atendam às necessidades da população de Santa Maria da Feira. Melhorar e



modernizar a linha do Alfa Pendular, ligação do metro Vila Nova de Gaia até Santa Maria da Feira, por exemplo, poderia trazer benefícios reais aos feirenses. A modernização dos comboios, aumento da frequência dos serviços e melhoria das estações, pode proporcionar um transporte mais eficiente e confortável para os feirenses, sem os efeitos negativos associados à construção de uma nova linha, aumento da capacidade de transporte e melhoria das conexões regionais. Além disso, investir em projetos de desenvolvimento local, como infraestrutura urbana, educação e saúde, pode trazer impactos positivos mais diretos para a comunidade. -----

A construção de uma linha de alta velocidade ao lado de uma linha existente do comboio Alfa Pendular em Santa Maria da Feira apresenta e traz uma série de problemas, consequências negativas que ameaçam a sobrevivência dos feirenses e prejudicam a economia da região. -----

Para além da existência de uma A29 mesmo ao lado de uma A1 iremos ter, se não formos consistentes e firmes na nossa decisão, uma linha de alta velocidade mesmo ao lado de outra linha de alta velocidade, só que mais nova, pois o famoso TGV só anda em bitola europeia. Tem que haver o compromisso da Câmara de que o gabinete jurídico e o gabinete social irão apoiar estas famílias pois atendendo às idades de maior parte das mesmas ou são ajudadas ou certamente que serão roubadas no aspeto das indemnizações. -----

Temos que defender acima de tudo o interesse dos feirenses, a proteção das famílias e dos empregos deve ser uma prioridade acima de qualquer projeto de desenvolvimento.” -----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) dizendo que ocorreram duas situações sobre as quais entende que a Mesa deve tomar posição, daí entender ser de fazer um ponto de ordem. -----

Referiu que uma delas se prende com a Comissão Permanente, questionando qual é a razão de ela existir se, depois, as decisões nela



tomadas não são validadas, na Assembleia Municipal, pelas pessoas que as tomaram. Comentou que não vale a pena haver uma Comissão Permanente, nem perder tempo a ir às reuniões da mesma se, depois, o que é acordado entre os partidos acaba por ser, no dia seguinte, desconsiderado, o que, a seu ver, isso não é digno do órgão Comissão Permanente.-----

Salientou que a segunda questão tem a ver com a intervenção antecedente, fazendo notar que a Assembleia Municipal, na sua última sessão, já tomou posição, por unanimidade, em relação ao traçado da linha ferroviária de alta velocidade, ressaltando que o que está agora em discussão é uma proposta para criar uma comissão para acompanhar esse processo, pelo que não é o momento para trazer de novo os argumentos de cada partido sobre o traçado.-----

Sobre o ponto de ordem à Mesa, o **Sr. Presidente da Assembleia** disse que, como menciona a proposta que apresentou, foi o grupo municipal do Partido Socialista que, em requerimento dirigido ao Presidente da Mesa, solicitou a constituição de um grupo de trabalho para acompanhamento do processo da linha ferroviária de alta velocidade. Referiu que, assim, entendeu por bem levar o assunto à Comissão Permanente, para auscultar todos os partidos, e, nessa reunião, foi verificada a anuência de todos, e, assim, a Mesa entendeu associar-se apresentando a proposta para a constituição da referida comissão de acompanhamento.-----

Realçou que, como já mencionado pelo membro Carlos Cunha, entre a data da Comissão Permanente e a data de hoje, houve uma inflexão da posição assumida pela CDU, que deve ser respeitada. Assim, não faltou à verdade na proposta que apresentou porque, de facto, na Comissão Permanente, houve unanimidade de todas as forças partidárias, mas, agora, houve uma inflexão da posição da CDU.-----



Usou da palavra o **Sr. Vice-Presidente da Câmara** que começou por dar nota que a ausência do Sr. Presidente da Câmara nesta sessão deve-se ao facto de, a convite do Governo de Macau, se encontrar em representação municipal, no âmbito do evento designado por Santa Maria da Feira – cidade criativa da gastronomia da UNESCO. -----

Sobre os documentos em apreço, disse que a Câmara foi interpelada no âmbito do voto de protesto pelo abate de árvores em Arrifana, pelo que responderia exclusivamente a este assunto. -----

Disse ser evidente que a Câmara tem uma grande sensibilidade para esta matéria, ressaltando que é a mesma Câmara que vai avançar para a 4.^a fase de requalificação total do rio Uíma, que prevê não só a renaturalização e despoluição das suas margens, mas também o aumento da sua biodiversidade, comentando que basta caminhar pelo passadiço para ver que se plantaram dezenas de árvores nos últimos anos. -----

Realçou que a mesma preocupação e o mesmo trabalho está a ser feito junto à ciclovia urbana do rio Cáster, dando nota que, por exemplo, a mata do Castelo, que estava cheia de plantas infestantes, tem sido alvo de um trabalho, ao longo dos anos, de plantação de espécies autóctones, de novas árvores e de recuperação de todo o património arbóreo. Referiu que também é de notar o esforço que as freguesias estão a fazer na recuperação deste tipo de espaços, transformando-os em zonas de lazer. -----

Frisou que a Câmara tem sempre esta preocupação quando faz a requalificação do espaço urbano, recordando as palavras do arquiteto Sidónio Pardal quando este alertou para não se extremar posições. -----

Salientou que, ao contrário do que diz o BE, não é verdade que a população se tenha mostrado indignada com a obra de requalificação no largo da Feira, em Arrifana, sublinhando que a população se mostra agradada, o que pode ser comprovado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia. Acrescentou que o largo é conhecido pelo largo da Feira dos Quatro, porque se realiza ali uma das mais importantes feiras, daí ser



preciso encontrar espaço para reordenar toda a Feira dos Quatro.-----
Disse saber, pela na comunicação social, que se queria fazer um parque de estacionamento naquele espaço, mas que é exatamente o contrário, dando nota que o maior uso daquele espaço é como parque de estacionamento, mas que o projeto prevê é a retirada os carros do largo da Feira dos Quatro, reordenando o estacionamento. -----

Esclareceu que, em termos de solo, a intervenção permitirá passar de 20 para 2.000 metros quadrados de área verde, retirando o asfalto para dar lugar a mais área verde com mais diversidade arbórea. Referiu que as árvores que se encontram no local são plátanos, muitos deles doentes e danificados, conforme levantamento feito e registos fotográficos que o comprovam. -----

Prosseguindo, disse ser evidente que a Câmara vai cumprir a legislação portuguesa em vigor, enquanto também está a aguardar pelo manual de boas práticas que o Governo ficou de apresentar em 6 meses, mas que ainda não apresentou, acrescentando que, não obstante isso, a Câmara está a trabalhar no inventário arbóreo e no regulamento municipal. -----

Salientou que, salvo erro, o projeto de requalificação em questão foi feito em momento anterior à entrada em vigor do normativo legal aplicável, ainda assim, todos estes projetos são acompanhados por arquitetos paisagistas da Câmara Municipal. -----

Disse que, com esta explicação, aquilo que pretende dizer é que a Câmara tem cuidado com as árvores, não pode ser acusada de ter cometido um enorme crime ambiental, pois tal não aconteceu, pelo contrário, fez as coisas com a devida ponderação e procurando equilibrar todos os interesses naquele espaço.-----

Em relação à auscultação da população, fez notar que a Assembleia de Freguesia foi ouvida, sendo esse um órgão fundamental de representação das populações. Referiu que, foi precisamente por ouvir, por exemplo, os feirantes, que se concluiu que uma das necessidades era a requalificação



da localização de todos eles e, para tal ser possível, era necessário abater árvores, comentando que, dentro de sensivelmente um ano, aquele espaço estará ambientalmente melhor. -----

Concluindo, disse que acusar a Câmara de não gostar de árvores é fundamentalismo, mas que, tal como percebe que são críticas do foro político, também a Câmara tem o direito do contraditório, daí que tenha sensibilidade ambiental e obra para o provar. -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que salientou que o BE não se opõe à requalificação do largo, pois a questão que coloca é motivada, essencialmente, pela opção do abate de árvores. -----

Referiu que é importante que as informações possam ser suportadas e avaliadas por esta Assembleia Municipal, salientando que esta questão vai ser discutida aquando da apreciação, nesta sessão, do relatório de avaliação do Estatuto do Direito de Oposição. -----

Disse que o princípio da lei que prevê a criação do regulamento municipal e do inventário municipal do património arbóreo urbano é o princípio da proteção, salientando que são instrumentos fundamentais porque orientam a ação de quem toma a decisão, definindo todas as regras e princípios que devem estar associados a essa decisão, e, depois, também permite a esta Assembleia debater as ações e as práticas adotadas nesses documentos. ---

Realçou que o voto de protesto se deve, simplesmente, a este motivo, ou seja, porque o BE constatou um abate de árvores e não conseguiu aferir que essa tenha sido a melhor solução para a requalificação em causa. -----

Salientou que acaba por ser redutor dizer que a área verde vai duplicar em consequência desta intervenção, porque o espaço de tempo que demora até compensar aquilo que se perde, com o abate de uma árvore adulta, não é curto, razão pela qual a lei prevê que seja plantado em duplicado, noutra área do Concelho. -----

Concluindo, disse que tanto o sentido do voto de protesto como o da sua



intervenção é o de apelar à prudência, ao planeamento e à definição dos instrumentos legais, que permitem orientar a ação quando é necessário fazer uma requalificação deste tipo, frisando que a primazia deve ser sempre a de proteção e, só em último recurso, avançar para o abate do património arbóreo. -----

Usou novamente da palavra o **Sr. Vice-Presidente da Câmara** que disse que, na sua última intervenção, tentou precisamente realçar que a Câmara, nesta e noutras áreas, usa mais do que prudência, usa também de sensibilidade. -----

Sobre a questão dos regulamentos disse reiterar o que mencionou anteriormente, ou seja, que a Câmara está a proceder à elaboração do inventário e do regulamento. -----

Quanto à questão da biodiversidade deu nota que, neste momento, o largo da Feira é um espaço que está completamente impermeabilizado com asfalto, o qual vai ser retirado permitindo que o solo possa absorver água e a plantação de espécies arbóreas, muitas das quais de crescimento muito rápido. -----

Concluindo, reforçou que a intervenção no largo da Feira, em Arrifana, vai permitir passar de 20 para 2.000 metros quadrados de área verde, reiterando que, na sua opinião, isso é mais do que prudência, é também sensibilidade. -----

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a votação os documentos em discussão, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

- Proposta para Constituição de Comissão de Acompanhamento do processo em curso da linha ferroviária de alta velocidade entre Porto e Lisboa - Fase 1: Troço Porto/Soure, apresentada pelo Presidente da Assembleia Municipal: ---

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 47 votos a favor (PSD:27, PS:15, BE, CDS-PP, IL, CH, IND) e 1 voto contra (CDU), aprovar a



proposta em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

- *Moção “Atribuição automática da Tarifa Social da Água”, apresentada pelo BE:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor (PS:15, BE, CDU, IND), 28 votos contra (PSD:27, CH) e 2 abstenções (CDS-PP, IL), reprovou a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

- *Recomendação “Introdução de limitações ao horário de trabalho em dias em que as condições climatéricas sejam incompatíveis com as funções fisiológicas dos trabalhadores que desempenhem funções expostas a essas condições”, apresentada pelo BE:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 voto a favor (BE), 46 votos contra (PSD:27, PS:15, CDS-PP, IL, CH, CDU) e 1 abstenção (IND), reprovou a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

- *“Voto de Protesto pelo abate de árvores em Arrifana”, apresentado pelo BE:*

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 voto a favor (BE), 29 votos contra (PSD:27, PS:1 – Rui Alves Rios, CH) e 18 abstenções (PS:14, CDS-PP, IL, CDU, IND), reprovou o voto de protesto em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

Posto isto, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu a cada grupo municipal a possibilidade de usar da palavra para colocar questões à Câmara, se assim o entendessem e de acordo com o tempo que restava a cada um. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Tiago Paiva. -----



Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse que a primeira questão é ainda relacionada com a aplicação da tarifa social da água, salientando que um dos argumentos que ouviu para a sua não aplicação é o de que não é necessário porque a Câmara já dá resposta a estes agregados familiares, através da divisão de ação social. Se assim é, quer saber o número de agregados familiares apoiados na comparticipação da fatura da água, e, caso, de momento, não fosse possível indicar esse número, o fizessem chegar ao BE o mais rapidamente possível. -----

Disse que a crise habitacional continua a ser uma realidade constante na vida dos feirenses, pelo que gostaria de saber quais foram os passos encetados, desde a última sessão ordinária desta Assembleia, no que concerne à execução do 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, perguntando em que fase está a execução deste programa tão importante para o Município. -----

Concluindo, relativamente ao novo centro coordenador de transportes, disse que importa perceber se já estão a ser negociadas as novas rotas que venham a utilizar esta infraestrutura, e se a obrigatoriedade da adesão ao sistema Andante está a ser um dos critérios ponderados na negociação dessas novas rotas. -----

Interveio o membro **Marco Jesus** (PS) que questionou a Câmara por que motivo está a ser recusado o depósito dos objetos volumosos, ditos “monstros”, transportados pelas juntas de freguesia para os ecocentros. ----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que disse que a primeira questão que queria colocar à Câmara tem a ver com o pedido que a IL fez na sessão desta Assembleia de 28 de abril último, que consistia na identificação dos edifícios que se encontram cedidos a qualquer título, gratuito ou oneroso, a qualquer tipo de entidades, bem como os fins ou as condições dessa cedência. Salientou que esse pedido está registado em ata, pelo que queria



relembrar este tema e insistir nesta solicitação. -----
Referiu que outra questão é relativa ao traçado da linha ferroviária de alta
velocidade, questionando a Câmara se, na sequência do deliberado sobre
esta matéria, já fez alguma diligência ou se já abordou o Ministério das
Infraestruturas ou a Infraestruturas de Portugal, ou seja, qual é o estado
do assunto, ao dia de hoje, no que respeita ao Concelho de Santa Maria da
Feira. -----

Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que leu o documento que
disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de
seguida, se transcreve: -----

“O Festival – FEIRASINHA -----
Santa Maria da Feira “ostentou” a chancela de Cidade Criativa da
Gastronomia da UNESCO, um desafio aos nossos chefs, aos produtores
locais. Surge assim uma nova criação gastronómica: a Feirasinha, uma
francesinha confeccionada em Fogaça. -----

I Festival de Francesinhas de Santa Maria da Feira, no Largo do Rossio. ----
Organização da Ahreshistorica – Associação de Hotelaria, Restauração e
Similares do Centro Histórico de Santa Maria da Feira e Vertentitinerante. -
Até aqui tudo muito bem, existem uns senãos pelo meio ou algumas
questões menos esclarecidas e gostaríamos que o Sr. Vereador Gil Ferreira
nos esclarecesse; perdoe-me Sr. Vice-Presidente se estou a questionar o
membro errado, mas acho que deve ser o Sr. Vereador a responder às
mesmas.-----

A associação AHRESHistórica – Associação de Hotelaria, Restauração e
Similares do Centro Histórico de Sta. Maria da Feira e Vertentitinerante, é
uma organização formada por proprietários de estabelecimentos de
restauração de Sta. M. da Feira; penso que são + ou - 30 que motivaram,
objetivos e propósitos comuns. Seu principal propósito é ou era promover o
bem-estar e os interesses coletivos de seus membros, agindo de acordo



com princípios éticos e promovendo a justiça e a igualdade. No entanto, quando o presidente desta associação utiliza sua posição para benefício próprio, tal conduta vai contra os valores fundamentais da ética e da responsabilidade. -----

Penso e corrige-me se estou errado, que estamos perante um abuso de poder e confiança: O presidente desta associação é o Sr. Miguel Leão, eleito pelos membros para representar seus interesses e tomar decisões em benefício do coletivo. Quando o presidente utiliza esse poder para beneficiar-se de um evento, abusa da confiança depositada nele e viola a responsabilidade que lhe foi conferida, pensamos nós. -----

Prejudica os interesses dos associados ao utilizar a associação para benefício próprio, o presidente desvia recursos e oportunidades que deveriam ser utilizados em prol de todos os membros. Isso pode incluir desvio de verbas, concessão de benefícios exclusivos, acesso privilegiado a oportunidades de negócios ou qualquer outra forma de favorecimento pessoal. Essas ações prejudicaram diretamente os associados, que confiaram no interesse do presidente para agir em benefício coletivo. -----

Também estamos perante uma desigualdade e injustiça, porquê? Alguns têm acesso a privilégios e oportunidades exclusivas, enquanto outros são deixados de lado. Essa injustiça vai contra o princípio de equidade e igualdade. É fundamental que o presidente da associação atue com integridade, transparência e responsabilidade, sempre operando os interesses coletivos acima de seus próprios. -----

Resumindo e o que quero esclarecido: -----

Sr. Vereador, em que moldes e por quem foi apresentado este projeto? Pergunto isto pois das queixas que recebemos no partido não foi nenhuma casa de restauração pertencente a esta associação informada de tal "Festival". -----

Senão vejamos, no festival, restaurantes presentes do concelho da Feira só tinha o "Deja Vu" e... quem é o proprietário, o gerente? É o presidente da



associação o Sr. Miguel Leão. -----

Mas, mais grave, estava uma empresa de catering “AS cook&events” com o “Chef Alexandre” que foi contratada para confeccionar as francesinhas... Isto ultrapassa-me, sinceramente. -----

Então no Chega nós perguntamos: o “Amandius”, o “Feirense”, “Brandoense”, “Quim da Rampinha”, “Lercio”, “Ruby”, “Topázio”, “Fabrica das Francesinhas”, etc., algumas casas têm 40 anos de existência, são referências no concelho e nas francesinhas, isso não conta? -----

Depois no comunicado do município a “chancela de Cidade Criativa da Gastronomia da UNESCO”, uma nova criação gastronómica: a Feirasinha, uma francesinha confeccionada em Fogaça. -----

Sr. Vereador, o restaurante “Feirense” já confecciona este prato pelo menos desde o ano 2018, pergunto-me onde está a nova criação? Em que moldes é que lhe apresentaram esta criação? Sr. Vereador, o senhor é da Feira tal como eu, então explique-me por favor, que se passou? -----

Focando nas fogaças, porque é que só o “Café Castelo” é que interveio? Então as outras casas de fogaças existentes em Santa Maria da Feira? “Trovador”, “Casa das Fogaças”, “São Nicolau”, “Renascer”, etc., um sem número de casas que não vou aqui mencionar. -----

Sr. Vereador, como representante do Município neste evento, acho que também tem responsabilidades pois também penalizou os comerciantes aqui da cidade, comerciantes que pagam os seus impostos aqui, que estão aqui nos meses bons e nos menos bons. A retirada do estacionamento penalizou bastante a restauração e ao contrário do que o presidente da associação comunicou posteriormente de o evento ter começado aos associados; posso mesmo afirmar que maior parte das casas tiveram prejuízo pois não havendo estacionamento não houveram clientes. -----

Portanto, fica a nossa questão, sendo o Sr. Vereador daqui de Santa Maria da Feira, conhecendo todas as casas aqui mencionadas e não só, volto a questionar; -----



Não houve favorecimento de alguns comércios em prol de outros? A apresentação foi só oral ou está documentada? Podemos ter acesso a esses documentos? Quem autorizou este evento? Quais foram os critérios de seleção?” -----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que questionou a Câmara sobre se Plano Municipal de Habitação contempla alguns terrenos propriedade do Município, bem como sobre o respetivo desenvolvimento. --- Referiu, sobre a Unidade de Saúde Familiar de São Paio de Oleiros/Nogueira da Regedoura, que a mesma está na fase final de construção, perguntando se a zona envolvente e os acessos são, ou não, da responsabilidade do Município, assim como se há um plano, com a respetiva calendarização, para a sua execução.-----

Concluindo, sobre o Festival da Francesinha, questionou se se confirma um custo suportado pelo Município de 15 mil euros.-----

Interveio o membro **Rodolfo Castro** (PSD) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“Atendimento e Arquivo Municipal -----

Queria começar por dar os parabéns ao executivo pelo excelente trabalho realizado no Atendimento e Arquivo Municipal.-----

A reabilitação e adaptação do edifício emblemático da Antiga Casa dos Magistrados marcou uma viragem no atendimento público da Câmara Municipal. É certo que foi realizado um investimento na ordem dos 4 milhões de euros, para muitos um valor elevado, para outros o valor adequado.-----

A bancada do PSD é do lado que considera o valor certo/adequando uma vez que o investimento permitirá ao executivo municipal, proporcionar a melhoria da qualidade do serviço e de relacionamento que presta ao



cidadão. Ficará todo o atendimento presencial num só espaço o que traz um contacto mais personalizado e dedicado. -----

É relevante elencar mais algumas alterações que o novo serviço de Atendimento Municipal irá proporcionar: -----

O principal foco passa por assegurar a existência de condições que permitam ao munícipe interagir com o município de forma remota, garantindo acima de tudo a dependência dos horários de funcionamento dos serviços da necessidade permanente de interação com o Staff. -----

Este investimento tem uma visão de futuro que assenta em 5 pilares: -----

1 – Centralização do atendimento num único espaço – acabaram-se com diversos constrangimentos. Por exemplo, até ao momento a entrada de requerimentos estava dividida entre dois balcões de atendimento presencial (urbanismo + atendimentos geral não urbanístico). Isto obrigava a que as pessoas submetessem o pedido no edifício do urbanismo e tivessem que se deslocar a outro edifício para efetuar o pagamento e voltar de novo ao edifício do urbanismo para levantar algum documento que implicava o pagamento de uma taxa. -----

A agregação dos diversos serviços de atendimento também é uma grande vantagem pois existe um aproveitamento de sinergias entre as diversas equipas. -----

2 – Balcão online – é um novo serviço que permitirá fazer a submissão dos pedidos de forma remota; -----

Numa era digital era fundamental criar o balcão online. É uma alternativa ao atendimento presencial e neste balcão será possível realizar a submissão de pedidos de todas as valências do Município. -----

3 – Consulta de processos urbanísticos – fornece um acesso integral a todos os documentos dos processos urbanísticos; -----

Este serviço não é uma novidade, existe desde 2009, mas continua a ter bastante potencial. Um serviço que constitui uma garantia de transparência do nosso executivo camarário. O munícipe e técnicos podem



acompanhar e aceder em tempo real a todas as informações dos processos.
4 - Agendamento online | novo serviço: é um serviço que ainda não está disponível, mas dentro de 1 mês estará. Irá permitir ao cidadão marcar reuniões sem ter que telefonar para a Camara Municipal ou dirigir-se ao atendimento presencial para marcar uma reunião. Será possível que o cidadão agende uma reunião e decida se pretende que a reunião se realize no formato presencial ou online.-----

5 - Site | reestruturação da área de apoio à realização dos serviços: face as dificuldades reportadas pelos cidadãos, devido as dificuldades em encontrar informação necessária à realização dos pedidos, foi reestruturada uma parte do site. Foi agregada numa só área toda a informação relacionada com a realização dos pedidos independentemente da valência pretendida.-----

Por fim,-----

A outra valência existente, o Arquivo Municipal, irá albergar todo um espólio documental histórico que remonta às origens da nação portuguesa. Este edifício dispõe de condições ímpares para que se continue a processar a investigação dos nossos antepassados que são fundamentais conhecer para o nosso presente e futuro.-----

A Bancada do PSD fica sempre muito feliz por estar um passo à frente em relação aos outros municípios.-----

Envolvente às Termas de S. Jorge,-----

Quero também congratular o executivo pelas obras realizadas na envolvente das Termas de S. Jorge.-----

A requalificada envolvente às Termas de S. Jorge recentemente inaugurada, veio confirmar a beleza e excelência do espaço que abraça estas termas.-----

Este espaço está com mais qualidade e beleza, com um toque de modernidade, privilegiando o cidadão e mantendo a identidade de sempre.-

O resultado final tem merecido elogios da população.-----



É importante frisar que grande parte do investimento não se vê porque é subterrâneo. Foi realizada uma renovação em toda a rede de drenagem e foram identificados focos de poluição. -----

Esta reabilitação demonstra mais uma vez que existe uma estratégia bem delineada da Câmara Municipal de revitalização de espaços emblemáticos com o objetivo de melhorar a qualidade do ambiente urbano e o bem-estar da população. -----

A envolvente às Termas é agora um espaço que enaltece, preserva e revitaliza o património local, valoriza as pessoas, ajuda o comércio e salvaguarda o ambiente. -----

É muito bom viver num Município que está sempre um passo à frente.”-----

Usou da palavra o **Sr. Vice-Presidente da Câmara** para dar os devidos esclarecimentos. Começando pelas questões colocadas pelo membro Tiago Paiva disse não ter presente o número de agregados familiares apoiados pela Câmara no que respeita à fatura da água, mas que essa informação lhe será dada por escrito. -----

Sobre os passos dados desde a última sessão ordinária desta Assembleia, em relação ao programa 1.º Direito, informou que a Câmara tem cerca de 20 apartamentos em obra física, estando também a ser concluídos os projetos de especialidade para se fazer obras num conjunto de edifícios que, naquele instante, não conseguia precisar. Lembrou que o Município tem previstos, no âmbito do programa 1.º Direito, a construção de 154 fogos, acrescentando que, apesar de não ter sido perguntado, estão previstos 432 fogos no âmbito da habitação acessível. -----

Reforçou que, neste momento, estão a ser reabilitados vários apartamentos que estavam devolutos para serem, posteriormente, entregues a famílias, assim como estão a ser concretizados um conjunto de projetos de especialidade para avançar com as respetivas empreitadas.-----

Em relação ao centro coordenador de transportes disse ser uma obra que



está quase concluída e em fase da receção provisória. Disse não estarem a ser negociadas novas rotas, dando nota que, o que está previsto, resulta do concurso internacional promovido pela Área Metropolitana do Porto, que prevê um conjunto diferenciado de novos horários, novos autocarros, novo operador, o acesso ao Andante, e demais situações a implementar em toda a Área Metropolitana do Porto, acrescentando que a expectativa é de que tal representará uma melhoria muito significativa na questão da mobilidade no concelho de Santa Maria da Feira. -----

Quanto à pergunta colocada pelo membro Marco Jesus sobre os objetos volumosos, chamados monos ou monstros, informou que as juntas de freguesia levam esses objetos, em princípio, diretamente ao aterro, mas que a Junta da União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô, provavelmente por ter um ecocentro em São Miguel de Souto, os levava para lá. Referiu que o vereador responsável por esta matéria terá entrado em contacto com a Suldouro para perceber o que se está a passar. -----

Sobre as questões formuladas pelo membro Carlos Martins disse, em relação à solicitação de informação sobre os edifícios cedidos, que a Câmara lhe fará chegar essa informação. -----

Em relação à linha ferroviária de alta velocidade informou que, desde a última sessão extraordinária da Assembleia Municipal, ocorreu uma reunião entre o Sr. Presidente da Câmara e os técnicos da Infraestruturas de Portugal responsáveis por este projeto, na própria Câmara, na qual o Sr. Presidente apresentou os argumentos e a posição tomada, por unanimidade, tanto pela Câmara Municipal como pela Assembleia Municipal. Frisou que, para além do reiterar de um posicionamento de todo o Município e de um conjunto muito vasto de diferentes sensibilidades partidárias, foi dito que o Município renovaria toda a sua bateria de argumentação junto da Comissão de Avaliação responsável pela decisão final do processo. Disse que, para a Infraestruturas de Portugal, existem duas possibilidades, tendo os técnicos daquela entidade ficado de avaliar



tais argumentos, dando nota que as posições das assembleias municipais e das câmaras municipais têm um peso institucional grande nessa avaliação. -----

Referiu que, há que ter a consciência que todas as assembleias municipais se pronunciaram sobre esta matéria, comentando que, com a criação da comissão de acompanhamento deste processo, por deliberação desta Assembleia, nesta sessão, todas estas matérias serão objeto de tratamento. Sobre as questões colocadas pelo membro Ângelo Santos disse, em relação ao Plano Municipal de Habitação, que, obviamente, existem terrenos camarários que vão ser utilizados na execução deste plano municipal. -----

Relativamente à USF de São Paio de Oleiros/Nogueira da Regedoura confirmou que a Câmara lançou uma empreitada para fazer a acessibilidade lateral à USF, explicando que a Rua Corga de Ramos vai ser requalificada, com a criação de passeios, e vai ser de sentido único. Disse ter estado no local, no dia de hoje, para tentar acordar um pequeno trecho em que é preciso proceder ao alargamento, salientando que o desejo é ter a acessibilidade completamente reformulada quando a USF entrar em funcionamento ou com pouco espaço de tempo de diferença. -----

Sobre a questão colocada pelo membro Miguel Branco a respeito do Festival de Francesinhas, solicitou que fosse o Vereador Gil Ferreira a dar os devidos esclarecimentos. -----

Usou da palavra o Vereador do Pelouro da Cultura, Educação, Juventude e Turismo, **Gil Ferreira**, que começou por informar que o projeto Festival de Francesinhas foi apresentado à Câmara pela AHRESHistórica – Associação de Hotelaria, Restauração e Similares do Centro Histórico de Santa Maria da Feira, designadamente pelo seu presidente, Sr. Miguel Leão, e que seria um evento realizado em co-produção entre aquela associação e a empresa Vertentitinerante. -----

Deu nota que foi feita uma reunião online, na qual ele próprio esteve



presente, assim como a sua Adjunta, a Chefe de Divisão de Museus, Património Cultural e Turismo e a Chefe do Gabinete de Turismo. -----
Sobre os moldes em como foi apresentado o festival, informou que se tratou de uma iniciativa para envolvimento de produtores locais, nomeadamente de cerveja, de fogaça e de outros, o que se veio a verificar. Esclareceu que foi solicitado à Câmara, como apoio, a ocupação do espaço público, bem como a instalação de rede de águas sujas e limpas, e corrente elétrica, o que foi materializado, acrescentando que não houve nenhum apoio de caráter financeiro atribuído a esta iniciativa.-----
Informou que foi ele próprio quem, naturalmente, autorizou a iniciativa, após terem sido feitas três reuniões de trabalho entre a AHRESHistórica e os técnicos do Município, que avaliaram aquilo que foi proposto. -----
Salientou que, dos principais pontos da iniciativa, constam a criação de uma francesinha na fogaça, de uma série de cerveja artesanal com lúpulo feirense, a implementação de quatro restaurantes, dois dos quais seriam locais, bem como uma banca de cerveja artesanal local, uma banca para venda de fogaça e uma banca para venda de doçaria diversa. Reforçou que estes foram os principais pressupostos que estiveram na base da tomada de decisão. -----
Concluindo, informou que ainda não foi feita uma reunião de avaliação, de rescaldo do evento, com a AHRESHistórica, pelo que ainda não tinha mais informações a prestar no âmbito do assunto. -----

Interveio novamente o membro **Miguel Branco** (CH) que começou por dizer, na sequência da informação prestada pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara de que já ocorreu uma reunião com a Infraestruturas de Portugal, que tem um vídeo, que pode enviar por intermédio do Sr. Presidente da Assembleia, em que um técnico da empresa Geocontrole já anda a fazer o levantamento para o traçado C da linha ferroviária de alta velocidade.-----
Referiu que, na sessão realizada por esta Assembleia no dia 13 de junho,



foi dito que estaria em estudo um possível traçado C, não se tendo adiantado qual, mas o certo é que já anda um técnico a fazer o levantamento desse traçado, comentando que há desinformação quanto a esta situação. -----

Salientou que a outra questão é relativa aos esclarecimentos dados pelo Sr. Vereador Gil Ferreira sobre o Festival de Francesinhas, dizendo que ficou muito intrigado com os moldes em que tal evento se realizou. Referiu que a informação dada foi muito parca, questionando como é que o Sr. Vereador, sendo o responsável pelo Turismo no Concelho, não perguntou o nome dos restaurantes que participariam no primeiro Festival de Francesinhas a realizar em Santa Maria da Feira. -----

Interveio o **Sr. Vice-Presidente da Câmara** que deu nota que a Câmara não tem a informação mencionada pelo membro Miguel Branco de que anda a ser feito o levantamento do traçado C, mas que vai tentar averiguar a situação. Comentou que, pode haver muita especulação em torno deste assunto, reforçando que as informações que a Câmara tiver serão fornecidas à comissão de acompanhamento que foi criada por esta Assembleia Municipal para acompanhar o processo. -----

Interveio o **Sr. Vereador Gil Ferreira** que, em resposta ao membro Miguel Branco, deu nota que os critérios de seleção subjacentes ao convite e à mobilização dos associados da AHRESHistórica, integram um assunto interno da própria associação, sendo da exclusiva responsabilidade desta a seleção dos seus associados para participarem no seu certame.-----

Salientou que, no entanto, é necessário fazer uma avaliação do evento, da utilização dos recursos e do cumprimento dos objetivos que foram apresentados à Câmara, frisando que esse passo já estava previsto e, naturalmente, será feito. -----



PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1 - Atas: -----

- **Ata N.º 11 – Sessão Ordinária de 28 de abril de 2023** -----

- **Ata N.º 12 – Sessão Extraordinária de 13 de junho de 2023** -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** submeteu a apreciação dos senhores membros as atas em epígrafe, que lhes foram oportunamente enviadas, dando nota que os membros que não estiveram presentes nas referidas sessões não poderiam participar na votação das respetivas atas. -----

- *Ata N.º 11 – Sessão Ordinária de 28 de abril de 2023:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 35 votos a favor, aprovar a ata em epígrafe. -----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros Ana Lamas, Rui Giro, Serafim Guimarães, Joana Ribas, Cecília Oliveira, Manuel Almeida, Carlos Cunha, Sandra Castro, Carmindo Bastos, Rui Rios, Valdemar Silva, Fernando Pinho e Jéssica Sousa. -----

- *Ata N.º 12 – Sessão Extraordinária de 13 de junho de 2023:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 37 votos a favor, aprovar a ata em epígrafe. -----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros Jorge Paulo Pereira, Rui Giro, Joana Ribas, Cecília Oliveira, Regina Silva, Lia Ferreira, Tiago Paiva, Sandra Castro, Carmindo Bastos, Fernando Pinho e Jéssica Sousa. -----

2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município --

O **Sr. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício remetido à Mesa pelo Sr. Presidente da Câmara (com o registo de saída n.º 9.900, em 23/06/2023, na Divisão de Administração Geral), relativo ao III Relatório de 2023, anexo que sintetiza a atividade financeira do Município, a capacidade de endividamento, a listagem das



obras e fornecimentos adjudicados e contratados, bem como o prazo médio de pagamento a fornecedores – documento oportunamente disponibilizado aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que, aludindo à listagem de obras e fornecimentos de bens e serviços adjudicados que consta do documento, disse nela existir uma rubrica relativa a serviços de limpeza e manutenção de fossas sépticas e tratamento de resíduos, com a verba de 48.600 €. Questionou onde é que, no Município, se continua a fazer limpezas de fossas sépticas e até quando é que será necessário manter esse serviço, comentando que julgava que a rede de saneamento já estava a funcionar e que tal serviço já não era necessário. -----

Referiu que a outra rubrica é relativa a sessões de promoção de literacia científica na educação pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico, no montante de 134.385 €, questionando a que serviço diz respeito este pagamento. -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse também querer colocar uma questão no âmbito da listagem de obras e fornecimentos de bens e serviços adjudicados, designadamente quanto à rubrica de locação de veículos para circuitos especiais de transportes escolares de alunos que beneficiam de medidas ao abrigo da Educação Inclusiva, com a verba de 300.000 €. Disse tratar-se de um investimento avultado que resulta, em grande medida, da transferência de competências no âmbito da Educação, questionando se, dado o carácter previsivelmente permanente desta despesa, estão a ser estudadas alternativas que permitam à Câmara Municipal fornecer este serviço sem recorrer à contratação externa. -----

Usou da palavra – a pedido do Sr. Vice-Presidente da Câmara – o **Sr. Vereador Gil Ferreira** para prestar os devidos esclarecimentos. -----
Informou, no respeitante às sessões de promoção de literacia científica, que



se trata de um programa para 3 anos letivos, que abrange todos os alunos do ensino pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico, e que decorre de uma operação integrada em comunidades desfavorecidas da Área Metropolitana do Porto. Acrescentou que este programa é financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e foi desenhado para proporcionar a equidade e a inclusão na aprendizagem, incluído num chapéu maior porque, para além das sessões de literacia científica, incorporará as áreas da robótica e da linguagem da programação.-----

Quanto à questão no âmbito dos circuitos especiais de transporte dos alunos ao abrigo da Educação Inclusiva, disse que este é o primeiro ano em que o Município, no decurso do processo de descentralização de competências, está a gerir este processo que, provisoriamente, lhe foi cometido no decurso do mês de agosto, altura em que já tinha sido presente à Câmara e a esta Assembleia o Plano Municipal de Transportes do ano letivo de 2022/2023, que está a terminar. Salientou que estão a ser estudadas todas as possibilidades, nomeadamente de transporte flexível, para otimizar o transporte escolar como um todo, dando nota que, já no ano em curso, se conseguiu reduzir significativamente o investimento em circuitos especiais através da maximização das carreiras e das linhas existentes. -----

Realçou tratar-se de um tipo de transporte específico, que implica, em muitos casos, 4 viagens diárias, informando que são 54 rotas diárias, de cerca de 70 alunos com este tipo de necessidades, ao longo de 186 dias letivos, dando ainda nota que passou a ser da competência dos municípios garantir o transporte desta tipologia, não só na sua área geográfica, mas também nos municípios vizinhos para os quais estes alunos se têm de deslocar, para as escolas de referência. -----

Concluindo, disse que este é um ponto novo na gestão municipal, não havendo termo de comparação com qualquer ano transato, e que o procedimento relativo a este tipo de transporte foi alvo de um concurso



público que ficou deserto, pelo que foi necessário, promover um procedimento por ajuste direto, para, de forma eficaz e eficiente, dar resposta às necessidades destes alunos. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado a informação em referência.-----

Entrou o membro André Vivas Rocha. -----

Saiu o membro Cristina Tenreiro (1.ª Secretária da Mesa), tendo sido convidada para completar a Mesa a deputada municipal Joana Patrícia Fonseca da Silva – a qual tomou o seu lugar na Mesa. -----

3 – Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município 2022-----

4 – 3.ª Alteração Orçamental Modificativa – retificação anos seguintes-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu os assuntos em epígrafe, informando que, conforme acordado em sede de Comissão Permanente, os mesmos seriam discutidos conjuntamente e submetidos à votação em separado. De seguida, passou a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara**, o qual explanou os assuntos, a que se referem as deliberações camarárias de 19 de junho de 2023 e restante documentação que as acompanha – documentos oportunamente disponibilizados aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que, relativamente aos documentos de prestação de contas consolidadas, disse que a primeira nota que queria dar diz respeito à aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), que foi aprovado em 2015 e que previa a sua aplicação obrigatória à administração local a



partir do exercício de 2020. Referiu que os sucessivos relatórios da Câmara vêm falando nesta adaptação e da prorrogação do prazo de transição, que também decorre de uma interpretação validada juridicamente, questionando se, em 2023, as contas apresentadas por todos os municípios do País não têm de, obrigatoriamente, de estar de acordo com o citado SNC-AP, perguntando, ainda, o que falta para que este sistema seja completamente implementado no Município.-----

Disse que o documento fala das dificuldades dessa implementação, fala das questões das concessões do património, fala das questões da contabilidade de gestão e da contabilidade analítica, pelo que gostaria de saber o ponto de situação porque, se há uma obrigação legal, ela tem que ser cumprida. Realçou que a contabilidade não é apenas um exercício administrativo ou burocrático, é o sistema de informação sobre a execução do orçamento municipal, daquilo que é a forma como o dinheiro público é usado, e, portanto, quanto mais rigorosa e transparente for a contabilidade, e em conformidade com os sistemas normativos, melhor será prestada a informação.-----

Referiu que, a sua segunda nota, tem a ver com a referência de que a Indaqua Feira e a P. Parques não forneceram as informações adequadas e suficientes sobre os ativos incluídos nas respetivas concessões, o que impossibilitou efetuar os respetivos registos contabilísticos, comentando que esse trabalho complexo implica uma comunicação regular e rigorosa com tais entidades que, ao que vê, não acontece. Disse que o documento também fala num caso caricato, que é o caso da Energaia, em que, por mais insistências que se façam, não fornece os devidos elementos, realçando que, nos documentos de prestação de contas consolidadas apresentados em 2021, já se dizia exatamente o mesmo. Neste âmbito, questionou se a Câmara Municipal consegue, ou não, impor a sua autoridade institucional perante os seus parceiros, sejam os concessionários, sejam as entidades em que tem participação financeira.---



Referiu que, a terceira nota, tem a ver com as contas propriamente ditas, com a situação financeira, dizendo que já teve oportunidade de sublinhar as contas equilibradas que o Município tem, acrescentando que o relatório refere, inclusive, que este tem cerca de 60 milhões de euros à ordem, no banco. Questionou, assim, porque é que a Câmara, se consegue ter este dinheiro à ordem, num período económico de grande pressão sobre as famílias, nomeadamente as classes médias e médias/baixas, tem de continuar a cobrar os impostos mais altos da região, e dos mais altos do País, quando muitos municípios estão a diminuir a pressão sobre as famílias e as empresas.-----

Salientou que, caso se reduzisse os impostos municipais a taxas zero, permitindo que esse dinheiro ficasse no bolso dos feirenses, o Município iria perder cerca de 35 milhões de euros de receita. Referiu que, tendo 60 milhões de euros à ordem, o Município ficava ainda com 25 milhões de euros, perguntando se tal verba não seria uma almofada suficiente para a gestão municipal, e se são mesmo precisos os tais 60 milhões de euros. ----
Concluindo disse que, mesmo ficando o Município com 25 milhões de euros, seria muito dinheiro, e a redução dos impostos seria uma forma de auxiliar as famílias, nesta altura, em que tanto precisam.-----

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) que começou por dizer que as contas consolidadas o que fazem é agregar as contas do Município às contas das restantes empresas do perímetro de consolidação do grupo municipal, sendo elas a Feira Viva, a Sociedade de Turismo e a Energaia. Disse que, como o município de Santa Maria da Feira representa mais de 90% de todo o impacto no grupo municipal, se as suas contas estiverem bem, as contas do grupo municipal vão estar bem, ressaltando que a avaliação das contas do Município já foi feita em anterior sessão desta Assembleia e concluiu-se que as contas estão bem, o que implica que as contas do grupo municipal também terão de estar bem. -----



Assim, disse que iria falar de outras pontas que considera soltas, e que a primeira diz respeito à empresa Energaia. Disse que o Município detém 20% da empresa, tendo entrado com 30 mil euros para fazer parte da mesma, acrescentando que, pelo que sabe, o Município estará a contribuir com uma quota anual de 47 mil euros. Disse que a Energaia tem 4 funcionários, que representam um custo anual de 127 mil euros, comentando que, destes, um tem ao seu dispor um veículo de alta cilindrada, de marca BMW, cuja locação operacional são mais de 600 euros por mês, e que, só em combustível, são gastos 3 mil euros por ano, ressaltando que o Município contribui para tal com 47 mil euros por ano. -- Referiu que, sabendo-se que esta agência trabalhará em assuntos relacionados com a transição energética e sabendo-se que o grande projeto de transição energética elaborado no Concelho, nos tempos mais recentes, foi a substituição das luminárias, trabalho esse foi realizado pelo Município e não pela Energaia, questiona o que faz essa empresa com os 47 mil euros que, todos os anos, o Município de Santa Maria da Feira nela coloca, e se o Município se vai manter na Energaia, e porquê, ou se vai sair dela, e quando. -----

Disse que a segunda ponta solta são as concessões, dando nota que a Indaqua Feira, a E-Redes e a P. Parques têm aquilo a que se chama ativos intangíveis que, de alguma forma, têm de ser reportados às contas do Município, comentando que, aparentemente, não se sabe muito bem qual é a mensuração desses ativos. Entende que, no caso particular da Indaqua Feira, no contrato de concessão existe a obrigação daquela empresa ter um rácio de capitais próprios sobre ativos líquidos, mais dívida subordinada, superior a 19%, pelo que, se existir uma alteração significativa nesse rácio, a empresa vai ter que meter dinheiro, acrescentando que é um assunto que merece ser acompanhado. -----

Deu nota que um outro ponto que o estava a deixar perplexo tem a ver com a referência que consta dos documentos, de que o Município ia contratar



um conjunto de peritos externos para averiguar qual o valor destes ativos, mas que o Sr. Vice-Presidente já esclareceu esta questão.-----

Salientou que outro aspeto tem a ver com a Suldouro, realçando que, apesar dessa empresa não ter de estar no perímetro de consolidação do grupo municipal, o Município detém uma participação de 15% da mesma, fazendo notar que a Suldouro é decisiva para o Município conseguir ter políticas de reciclagem e, portanto, uma política ambiental cuidada e melhorada. Ressaltou que o Município tem um administrador não executivo no Conselho de Administração da Suldouro, o Sr. José Moreira, ex-autarca deste Concelho, questionando que indicações lhe são dadas, por parte do Município, para que sejam transmitidas ao Conselho de Administração.-----

Concluindo, disse considerar pertinente que o Sr. José Moreira venha, perante esta Assembleia Municipal, apresentar o trabalho que é desenvolvido pela Suldouro no território concelhio, reafirmando que aquela empresa é absolutamente decisiva para o sucesso em matéria de políticas de reciclagem.-----

Interveio o membro **Carlos Seixas** (PSD) que começou por realçar que, tal como dito pelo Auditor Externo, as contas consolidadas merecem globalmente uma apreciação positiva e as demonstrações financeiras apresentam, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira consolidada do município de Santa Maria da Feira.-----

Relativamente à afirmação de que a Câmara tem 60 milhões de euros à ordem, disse que essa afirmação só pode ser feita por desconhecimento, focando nas duas justificações claras para que tal se verifique. Explicou que, o primeiro motivo, está relacionado com as cativações, frisando que, a partir do momento em que qualquer projeto é aprovado pela Câmara, o respetivo valor tem de ficar cativo. Quanto ao segundo motivo, referiu que o ano de 2022 foi um ano particularmente complicado do ponto de vista



económico, com o preço da energia a aumentar significativamente, comentando que esse aumento vai afetar fortemente as contas de 2023 do Município. Salientou que, na sua opinião, é preciso ter alguma prudência, alguma base sólida, para poder fazer face a estas variações de preços. -----

Disse que a Câmara Municipal apresenta, com todo o rigor e transparência, as suas contas, mostrando ser uma instituição de bem e até exemplar perante todas as entidades públicas e privadas.-----

Em relação ao ponto n.º 4 da Ordem do Dia, referente à alteração orçamental modificativa, disse ter ficado admirado por nenhum partido da Oposição ter falado dessa matéria, comentando que, por vezes, custa a alguns falar bem da Câmara Municipal. Referiu que, com este ponto, a Câmara está a dar mais um passo em frente, substituindo-se de certa forma, para não dizer totalmente, ao Governo Central, de modo a resolver finalmente o problema do edifício do antigo tribunal, que está ao abandono há anos. Disse que essa resolução se traduzirá num benefício para os feirenses, pelo que estranha que aquele problema nunca tenha sido resolvido face ao prejuízo que representa para o erário público, pois o Governo Central continua a pagar uma renda excessiva para ocupar o espaço onde funciona o tribunal quando tem um espaço que podia reabilitar, com relativa rapidez, e assim poupar ou reaver o dinheiro investido.-----

Concluindo, deu os parabéns à Câmara Municipal por dar esse passo em frente, substituindo-se ao Governo Central nesta matéria. -----

Usou da palavra o **Sr. Vice-Presidente da Câmara** para dar os devidos esclarecimentos, dizendo, em relação à empresa Energaia, que o problema é que a mesma ainda não transitou para o SNC-AP. Referiu que não ia estar a avaliar as contas da Energaia, mas que poderia fazer chegar ao membro Daniel Gomes a informação sobre qual o trabalho levado a cabo pela empresa, na sua relação com o Município, para que não haja tal visão



reduzora, acrescentando que os cerca de 40 mil euros que a Câmara paga têm um retorno em várias matérias. -----

Disse que a Energaia não é uma agência de energia exclusiva do Município de Santa Maria da Feira, pois engloba outros municípios de diferentes partidos, como Vila Nova de Gaia, Espinho, São João da Madeira, acrescentando que o município do Porto tem uma agência de energia congénere, pelo que as duas agências são parceiras ativas da Área Metropolitana do Porto. -----

Em relação à Indaqua Feira e à E-Redes reforçou que ainda se está num período de transição, reforçando que a Câmara está constantemente a solicitar os dados, mas que admite não ser fácil para as empresas reunir todos esses dados. Referiu que a prova maior daquilo que é o empenho da Câmara, nesta matéria, é o facto de já se estar a precaver, identificando aquilo que é o seu património para, depois, poder comparar com os dados que vierem a ser fornecidos por essas empresas. -----

Sobre a E-Redes, disse que o problema não se restringe ao município de Santa Maria da Feira, pois a E-Redes tem a esmagadora maioria da concessão nos municípios portugueses, e, portanto, todos esses enfrentam esta situação. -----

Salientou que aquilo que o Município quer é que estas empresas apresentem os resultados, porque isso também ajuda o próprio Município, que tem um orçamento que é pressionado de diferentes formas, como, por exemplo, pela descentralização de competências com as verbas e recursos que têm de ser alocados para as diferentes valências. -----

Em relação à questão dos 60 milhões de euros salientou que, conforme explicado pelo membro Carlos Seixas, são verbas que estão cativas por força de investimentos em curso. -----

Neste âmbito, sugeriu que os membros Carlos Martins, da IL, e Daniel Gomes, do PS, como parece que se querem coordenar, nesta Assembleia, nas questões que colocadas, também se coordenem, junto do Governo do



Partido Socialista, para que seja o próprio Governo Central a gastar os 35 milhões de euros mencionados pelo Carlos Martins, e não a Câmara de Santa Maria da Feira. Concluindo, disse considerar mais pertinente que fosse essa a proposta apresentada por parte de um membro da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu os assuntos, separadamente, a votação, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

3 – Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município 2022-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 31 votos a favor (PSD:27, PS:3 – Rui Alves Rios, Valdemar Silva e Jéssica Sousa, IND), 13 votos contra (PS:12, BE) e 4 abstenções (CDS-PP, IL, CH, CDU), aprovar os documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município relativas ao ano de 2022.-----

4 – 3.ª Alteração Orçamental Modificativa – retificação anos seguintes-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 43 votos a favor (PSD:27, PS:15, IND) e 5 abstenções (BE, CDS-PP, IL, CH, CDU), aprovar a alteração orçamental modificativa em epígrafe, nos termos da deliberação camarária supraidentificada.-----

Saiu o membro Jéssica Sousa.-----

5 – Alteração do Mapa de Pessoal para 2023-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 19 de junho de 2023 e restante documentação que a acompanha oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Verificando que nenhum membro pretendeu usar da palavra relativamente



a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 30 votos a favor (PSD:27, PS:2 – Rui Alves Rios e Valdemar Silva, IND) e 17 abstenções (PS:12, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU), aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal para 2023, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

Reentrou o membro *Jéssica Sousa*. -----

Saíram os membros *Minervina Rocha e Cecília Oliveira*. -----

6 – Requalificação ambiental das margens do Rio Uíma – 4.ª Fase -----

- Confirmação de utilidade pública da obra -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 19 de junho de 2023 e restante documentação que a acompanha oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“O Rio Uíma é uma importante via fluvial localizada na região entre as Caldas de S. Jorge e o parque de lazer de Nadais em Escapães, conhecida por sua riqueza natural e cultural. No entanto, ao longo dos anos, a degradação ambiental e a falta de infraestruturas adaptadas comprometeram a frutificação deste recurso, limitando seu potencial como espaço de lazer e bem-estar para as comunidades locais. Diante deste cenário, a requalificação ambiental das margens do Rio Uíma surge como uma solução necessária para reverter este quadro negativo. -----

A requalificação ambiental das margens do Rio Uíma representa uma



oportunidade única de transformar um espaço degradado num ambiente atraente, saudável e sustentável, e permitirá a promoção da educação ambiental e a conscientização sobre a importância da preservação dos recursos naturais. Através da criação de passadiços, percursos, zonas de estadia e merenda, entre outras intervenções, visitantes de todas as idades terão a oportunidade de aprender sobre a biodiversidade local, ecossistemas. Práticas de consumo, será possível promover a melhoria da qualidade de vida. A criação de espaços ao ar livre e a possibilidade de realizar atividades físicas e de lazer junto ao Rio Uíma promoverão a saúde e o bem-estar dos residentes e visitantes. A prática de exercícios físicos, como caminhadas e corridas, em um ambiente natural, traz benefícios para a saúde cardiovascular e mental. Além disso, a ligação com a natureza e a participação em atividades contribuem para a redução do stress e melhoria da qualidade de vida. O desenvolvimento de atividades culturais e iniciativas ao ar livre, a valorização da biodiversidade e património natural paisagístico e cultural, bem como a melhoria da qualidade de vida de idosos, pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. Essa conscientização também contribuirá para a formação de cidadãos mais responsáveis e comprometidos com a preservação do meio ambiente. -----

A requalificação ambiental do Rio Uíma obterá resultados positivos em diversos aspetos, como a promoção da saúde e bem-estar, a educação ambiental e a conscientização da comunidade. Para isso é fundamental que haja uma articulação entre os diversos atores envolvidos, como juntas de freguesia, para garantir a efetiva implementação das medidas e alcance dos objetivos alcançados. -----

Investir na requalificação ambiental das margens do Rio Uíma é um compromisso com o presente e o futuro das gerações, garantindo um ambiente mais saudável, sustentável e inclusivo para todos. -----

Como tal, vamos votar a favor.” -----



Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 46 votos a favor (PSD:25, PS:15, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar a confirmação de Utilidade Pública da Obra em referência, nos termos da deliberação camarária supraidentificada.

Saiu o membro Jorge Ferreira Ferreira.

7 - Alteração à postura de trânsito para a Rua Professor Vicente Reis (troço compreendido entre a Rua Florbela Espanca e a Rua Professor Doutor Beleza dos Santos) – Arrifana

8 - Alteração à postura de trânsito da Rua da Fontanheira e Rua Dom Dinis, pertencentes às Freguesias de Arrifana e Milheirós de Poiares

9 - Alteração à postura de trânsito na Travessa de Santa Teresinha e Rua das Terças – Canedo

10 - Alteração à postura de trânsito - Urbanização da Quinta do Areeiro – São João de Ver

11 - Alteração à postura de trânsito – Avenida do Mar – São João de Ver

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu os temas em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara**, o qual apresentou os assuntos, a que se referem as deliberações camarárias de 19 de junho de 2023 e restante documentação que as acompanham, documentos oportunamente disponibilizados aos membros desta Assembleia Municipal. Deu ainda nota que, na informação técnica que instrui o ponto n.º 9, em vez de Travessa de Santa Teresinha, aparece escrito, por lapso, Rua de Santa Teresinha, frisando que deve ler-se Travessa de Santa Teresinha.

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que disse haver três



situações que o grupo municipal do PS gostava de salvaguardar quanto às alterações de posturas de trânsito. Referiu que, primeiramente, o grupo municipal do PS faz fé que as juntas de freguesias e as assembleias de freguesia se pronunciam sobre estas alterações, pois são quem melhor conhece o seu território e a sua população. -----

Disse que, em segundo lugar, que também têm em boa nota a informação que é prestada pelos técnicos, comentando que é fazendo fé nessa informação técnica que o grupo municipal do PS faz a sua votação. -----

Referiu que a terceira nota é para deixar um alerta à Câmara porque muitas das alterações das posturas de trânsito prendem-se com a colocação de sinalização vertical. Fez notar que, na prática, a Câmara não tem sido muito feliz na colocação da sinalização vertical, acrescentando que, muito recentemente, foram enviadas fotografias ao PS que mostram que, em algumas freguesias, os sinais foram colocados nos passeios, criando obstáculos. Disse que certos passeios já não têm a dimensão que deveriam ter, e, da forma como está a ser colocada a sinalização vertical, esta acaba por ser um entrave para a livre circulação dos peões. -----

Concluindo, disse querer alertar a Câmara, apelando para alguma sensibilidade nesta matéria, respeitando as regras estipuladas na colocação dos sinais. -----

Interveio o **Sr. Vice-Presidente da Câmara** dizendo que a matéria em causa faz parte do trabalho quotidiano dos técnicos da Divisão de Trânsito e dos funcionários das brigadas municipais, os quais estão em contacto permanente com as juntas de freguesia. -----

Referiu que a Câmara procura sempre salvaguardar a correta colocação da sinalização, de acordo com o regulamentado e tendo em atenção a matéria das acessibilidades, comentando que está a ser realizado muito trabalho deste tipo, até porque há sempre correções a fazer. -----

Concluindo, reforçou que a Câmara está alerta e está em contacto



permanente com as juntas de freguesia, as quais vão transmitindo as diferentes situações que encontram com vista à futura correção. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu os assuntos, separadamente, a votação, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

7 – Alteração à postura de trânsito para a Rua Professor Vicente Reis (troço compreendido entre a Rua Florbela Espanca e a Rua Professor Doutor Beleza dos Santos) – Arrifana-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 44 votos a favor (PSD:24, PS:15, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND) e 1 abstenção (BE), aprovar a alteração à postura de trânsito da freguesia de Arrifana, com implicações na Rua do Professor Vicente Reis, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

8 – Alteração à postura de trânsito da Rua da Fontanheira e Rua Dom Dinis, pertencentes às Freguesias de Arrifana e Milheirós de Poiares-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 44 votos a favor (PSD:24, PS:15, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND) e 1 abstenção (BE), aprovar a alteração à postura de trânsito das freguesias de Arrifana e de Milheirós de Poiares, com implicações na Rua da Fontanheira e na Rua Dom Dinis, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

9 – Alteração à postura de trânsito na Travessa de Santa Teresinha e Rua das Terças – Canedo -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 44 votos a favor (PSD:24, PS:15, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND) e 1 abstenção (BE), aprovar a alteração à postura de trânsito da freguesia de Canedo, com implicações na Travessa de Santa Teresinha e Rua das Terças, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

10 – Alteração à postura de trânsito – Urbanização da Quinta do Areeiro –



São João de Ver-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 44 votos a favor (PSD:24, PS:15, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND) e 1 abstenção (BE), aprovar a alteração à postura de trânsito da freguesia de São João de Ver, com implicações na Quinta do Areeiro, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

11 - Alteração à postura de trânsito - Avenida do Mar - São João de Ver-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 44 votos a favor (PSD:24, PS:15, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND) e 1 abstenção (BE), aprovar a alteração à postura de trânsito da freguesia de São João de Ver, com implicações na Avenida do Mar, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

12 - Estatuto do Direito de Oposição - Relatório de Avaliação do ano de 2022-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício remetido à Mesa pelo Sr. Presidente da Câmara (com o registo de saída n.º 9.395, em 13/06/2023, na Divisão de Administração Geral), que anexa o Relatório em referência, dando nota que instrui ainda o assunto a deliberação camarária de 5 de junho de 2023 relativa à mesma matéria - documentos oportunamente disponibilizados aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Usou da palavra o **Sr. Vice-Presidente da Câmara** que disse ser natural que o relatório em questão suscite diferentes interpretações por parte dos partidos, salientando ser um relatório que se cinge muito aos parâmetros estritamente formais e relativos à observância da lei das autarquias, da Constituição da República Portuguesa e do regimento da Assembleia Municipal, sendo, portanto, um relatório muito factual cuja avaliação se



submete à apreciação política de cada um dos partidos. -----
Salientou que, na perspetiva da Câmara Municipal, foi assegurado,
durante o ano de 2022, o direito do exercício da Oposição, nos termos da
Constituição e da Lei. -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse que se iria cingir aos
pontos do relatório relativos ao exercício do direito de Oposição para os
partidos representados nesta Assembleia Municipal. -----

Disse ser fatural que a informação é entregue e que os requerimentos são
respondidos, embora com o reparo para alguns atrasos, que não devem
existir, principalmente em situações em que a Câmara não precisa de
consultar informação externa para responder, fazendo notar que o prazo
para a resposta está regimentalmente regulado. Reforçou que é um pouco
difícil compreender o atraso no envio dessa informação, mas que a verdade
é que as respostas são dadas. -----

Referiu que o tipo de apresentação dos documentos e da forma como é
enviado dificulta, muitas vezes, o trabalho de avaliação e de análise.
Salientou que, neste âmbito, queria tocar num ponto que é fundamental no
exercício das funções da Oposição, na Assembleia Municipal, que é o ponto
da transparência. Fez notar que, quando fala de transparência, fala na
capacidade e possibilidade que ele tem de avaliar a documentação, até pela
forma como ela é apresentada, mencionando o exemplo das alterações ao
Mapa de Pessoal, comentando que, para ele que tem limitações de visão, é-
lhe impossível ler o documento. -----

Continuou dizendo que os partidos com assento nesta Assembleia também
desempenham um papel importante no contacto que fazem com a
população, mas não terem um espaço onde possam, com regularidade,
receber os munícipes que querem expor os seus problemas, para serem
apresentados neste órgão autárquico, também pode constituir uma
limitação ao trabalho feito pela Oposição. Referiu que, assim, aproveitava a



oportunidade para solicitar à Câmara Municipal a disponibilização desse espaço, para os partidos da Oposição poderem, com regularidade e com previsibilidade, receber os munícipes que queiram apresentar algum problema. -----

Concluindo, disse querer levantar a questão que se prende com a disponibilização de informação da Assembleia Municipal, como os documentos que são apresentados e as votações, as atas, os requerimentos e as respostas, entre outros, salientando ser algo que não está centralizado e que não é disponibilizado num tempo que considera útil para a sua apreciação e análise. -----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que começou por dizer, sobre o estatuto do direito de oposição, que aquilo que é feito, anualmente, é o cumprimento estrito do que a lei obriga. -----

Referiu que esta Assembleia Municipal, neste mandato, acaba por verter um pluralismo ao nível da representação política, e entende que todos têm a ganhar com isso, e que espera que o executivo municipal assumira um papel mais ativo na efetivação dos direitos e garantias dos titulares do direito de oposição. -----

Disse que, tendo em conta os recursos já disponíveis e algum caminho que tem sido feito, e tendo em conta a forma difícil, e até limitada, com que os próprios representantes dos vários partidos vão desempenhando o seu mandato, a verdade é que se espera do executivo uma colaboração mais ativa, fazendo mais do que cumprir a lei, colaborando com esta Assembleia para que esta não seja apenas um fazer de agenda da Câmara, nos pontos que são obrigatórios por lei, e nada mais do que isso. -----

Salientou que as reuniões da Câmara Municipal são muito importantes para o trabalho desta Assembleia Municipal, pois tratam assuntos muito importantes, mas que os eleitos desta Assembleia não chegam, sequer, a perceber o que é tratado nas reuniões camarárias porque, apesar de serem



públicas, realizam-se à segunda-feira, num dia de trabalho, acrescentando o facto de não serem transmitidas on-line porque o Sr. Presidente da Câmara entende que não devem ser transmitidas. Realçou que, nesse aspeto, a Assembleia Municipal leva avanço porque as sessões são transmitidas e, sempre que necessário, podem ser consultadas. -----
Referiu ainda que, muitas vezes, apenas são disponibilizadas as minutas das atas das reuniões camarárias aos membros desta Assembleia, para discutirem os assuntos. Realçou que o Sr. Presidente da Câmara já lhe respondeu que ela devia pensar por cabeça própria, e não ter de ler o que disseram os vereadores do Partido Socialista, mas que não é isso que está em causa, mas sim o interesse de todos em saber o que é discutido na Câmara, pelo que faz todo o sentido que sejam distribuídas as atas, e não as minutas, visto não haver um retrato fidedigno da discussão tida nas reuniões camarárias. -----

Relativamente à Assembleia Municipal, disse concordar que deve haver um espaço digno para receber as pessoas, comentando que os membros desta Assembleia podiam desempenhar um trabalho mais ativo junto da população. Referiu lembrar-se que a grande maioria dos eleitos desta Assembleia, aquando da campanha, prometeram representar condignamente os feirenses e fazer desta uma Assembleia Municipal mais ativa, mais movimentada e de proximidade. Assim, neste mandato, devem ser dadas condições e instrumentos de trabalho para concretizar essa proximidade, saindo mais destas sessões que, como já afirmou, fazem a agenda da Câmara Municipal. -----

Concluindo, reforçou que os membros desta Assembleia devem fazer um trabalho mais autónomo, enquanto órgão fiscalizador, realizando uma participação política mais ativa enquanto representantes dos cerca de 140 mil feirenses deste Município. -----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que disse que o relatório



reflete o cumprimento do estipulado por lei, mas entende que todos devem trabalhar, com as opiniões e sugestões dos partidos da Oposição, diferentes das de quem está a governar, para o progresso do Concelho e para encontrar melhorias para o bem-estar comum. -----

Referiu que a grande novidade que a Assembleia Municipal está a proporcionar em relação ao órgão executivo, Câmara Municipal, é a transmissão online das sessões, permitindo a quem não pode assistir às sessões, presencialmente, que o faça via on-line, podendo assim acompanhar o desenvolvimento das temáticas do Concelho. -----

Concluindo, reforçou que as transmissões on-line das reuniões camarárias seriam importantes, não para formular uma opinião na sequência do que é lá discutido, mas para acompanhar as discussões, acrescentando que, dessa forma, os membros da Assembleia até poderiam melhorar o seu comportamento neste mesmo órgão, ajudando como parceiros para o desenvolvimento do Concelho, embora pensando de modo diferente. -----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que disse concordar que o relatório confere com aquilo que é a realidade, dando nota que há um esforço nítido dos serviços do Município, políticos e técnicos, em cumprir a lei, destacando a preocupação dos técnicos em fazer chegar a informação aos membros da Assembleia, assim como o tratamento dado após as sessões, comentando que nada tem a dizer quanto a isso e que agradece o esforço feito pelos mesmos. Disse achar que tanto o Poder como a Oposição têm vindo a demonstrar estar num nível de maturidade democrática muito diferente do que estava há alguns anos, conseguindo, apesar das divergências e do papel de cada um, manter uma discussão que é serena e séria sobre os interesses do Concelho. -----

Sobre a forma como os documentos são apresentados disse entender que, em vez de se pensar na forma como são entregues à Oposição, deve-se pensar em como é que os 140 mil habitantes do Concelho vão ver esses



documentos.-----

Referiu que as empresas fazem um esforço, nos seus relatórios de atividades e contas, para terem versões simples, sumários executivos, formas rápidas de interpretar e de ver a informação, mas que não tem havido esse esforço no Município, quando tal é possível de executar. Fez notar que uma coisa é apresentar os mapas que saem da contabilidade, outra coisa é interpretá-los de forma gráfica, de forma sintética e em linguagem acessível, pois está-se a prestar contas a quem elegeu a Oposição e a quem elegeu o Poder. Realçou que, assim, todos os eleitos têm a obrigação conjunta de partilhar esta informação de forma transparente, para que as pessoas possam saber como é que o Concelho está a evoluir, como é que o seu dinheiro é gasto e aquilo que se prevê, em termos de plano de atividades e orçamento, em cada um dos anos. Disse considerar que vale a pena continuar a fazer este exercício, salientando que, com isto, não está a dizer que não haja algum esforço, mas sim que se está longe de alcançar o ótimo. -----

Salientou que a comunicação via digital também é, hoje, absolutamente decisiva, e, sobre aquilo que se passa na Assembleia Municipal, por exemplo, se continua a ter a informação escondida, sendo muito difícil saber o que é que foi discutido numa sessão e que decisões foram tomadas. Deu nota que ao consultar, ao dia de hoje, o que está disponível no site, constatou que a última ata disponível é a da sessão realizada em fevereiro último, e, das sessões seguintes entretanto realizadas, só estão disponíveis as minutas. Referiu que, mais uma vez, não custa muito tentar dar mais espaço a essa informação porque, no fim, não é a Oposição que ganha, mas sim todos.-----

Referiu que, partilhando da ideia do membro Tiago Paiva, os eleitos devem poder falar com os munícipes e ter condições para o fazer, naquilo que são os recursos do Município, sejam digitais, sejam físicos.-----

Salientou que outra questão que tem vindo a falar, desde o início do



mandato, prende-se com as ações que a Assembleia Municipal deve ter junto da comunidade, para além das sessões que realiza. Mencionou, por exemplo, a importância de apresentar os planos junto das populações, através das juntas de freguesia, comentando que esse é um exercício que pode ser feito de muitas formas, não só quando há um plano específico para determinada rua, mas para assuntos como o da linha ferroviária de alta velocidade, que não diz só respeito a quem tem casas próximas, mas a todo o Concelho. Ressaltou que, como esse, há outros projetos que são estruturantes e que vale a pena serem partilhados com a comunidade, trazendo os partidos a discutir publicamente estas matérias.-----

Concluindo, reafirmou que a IL está de acordo com o relatório porque ele confere com aquilo que é o trabalho que tem havido, de respeito pela Oposição. -----

Posto isto, usou da palavra o **Sr. Vice-Presidente da Câmara** para dar algumas notas, dizendo ser certo que algumas das questões levantadas devem ser respondidas pelo Sr. Presidente da Assembleia, tendo em conta a completa autonomia que o órgão tem em relação à Câmara Municipal.----
Realçou que à Câmara compete, naquilo que são as matérias de organização da Assembleia Municipal, dar cumprimento àquilo que é a deliberação da Assembleia Municipal ou a vontade da Mesa da Assembleia Municipal, fazendo notar que o espelho máximo disso é o orçamento que é aprovado para a Assembleia Municipal, o qual é executado pelo Presidente da Assembleia Municipal.-----

Relativamente à forma de disponibilização dos documentos, salientou que são disponibilizados em formato digital, pelo que, quando se diz que não se consegue ler o documento porque as letras são pequenas, trata-se da impressão em papel que é feita. Neste âmbito, fez notar que se algum deputado municipal solicitar que o documento seja impresso num formato maior, tal será feito.-----



Quanto à disponibilização de espaço para o contacto com os munícipes, sugeriu que essa abordagem seja feita à Câmara para que esta discuta o assunto, comentando que tal pode ser viável. -----

Sobre a afirmação de que a Assembleia Municipal é um agendamento dos assuntos da Câmara, esclareceu que tal acontece, fundamentalmente, porque a lei obriga a Câmara a submeter esses assuntos ao órgão deliberativo. Relembrou que todos os partidos têm o direito de indicar assuntos para serem agendados, ressaltando que esse direito foi largamente utilizado em mandatos anteriores. Referiu que, portanto, a Câmara envia assuntos, o Sr. Presidente da Assembleia pode agendar assuntos, e também qualquer partido com assento na Assembleia pode indicar assuntos para serem agendados.-----

Concluindo, reafirmou que algumas das matérias abordadas devem ser debatidas no âmbito da própria Assembleia Municipal, sendo que a Câmara executará aquelas que sejam as decisões maioritárias da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** referiu, quanto à questão da publicidade das atas das sessões, entender que as mesmas não podem ser publicadas antes de serem aprovadas. Reforçou que não se pode publicar uma ata quando ela pode vir a ser retificada em sede de Assembleia, recordando que, nesta sessão, foram submetidas a apreciação as atas n.º 11 e n.º 12, e podia ter havido alguma questão que merecesse retificação. -----

Referiu que também não lhe parece que a publicitação da ata seja assim tão premente porque as sessões são difundidas e gravadas, pelo que todas as pessoas que o queiram, as podem visualizar.-----

Disse, de seguida, que não compete ao Presidente da Assembleia fazer o que quer que seja quanto a alguns dos pontos abordados, mas sim à Assembleia, pelo que, nessa medida, se algum dos partidos entender fazer alguma sugestão, em sede de Comissão Permanente, esta debaterá o



assunto e, se assim for entendido, o fará chegar à Assembleia Municipal. Concluindo, disse entender que é dessa forma que as coisas se têm de processar, pois há uma ordem, há um regimento, há uma lei, e a ele, enquanto Presidente da Assembleia, compete-lhe cumprir isso, quer se goste, quer não se goste. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia apreciado o Relatório em referência. -----

Saíram os membros Rui Alves Rios, Valdemar Silva e Alexandra Sousa. -----

13 – Plano de Igualdade e Não Discriminação do Município de Santa Maria da Feira-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 5 de junho de 2023 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Interveio o membro **Carlos Cunha** (CDU) que começou por questionar onde está a avaliação feita nos projetos anteriores, para chegar ao projeto agora em apreço. Disse que há diversas associações que têm um trabalho realizado, ao longo dos anos, no âmbito da matéria em questão, como o Movimento Democrático de Mulheres (MDM) e a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP), que podem e devem ser parceiras neste projeto porque dariam um grande contributo. -----

Referiu ainda que, no entendimento da CDU, as medidas apresentadas são um pouco avulsas, e que exemplo disso é que o programa de transportes escolares e o projeto-piloto no controlo e monitorização da hipertensão arterial são apresentados como medidas para a igualdade.-----



Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse que o Plano em referência é um documento fundamental para a orientação das políticas de promoção da igualdade e de uma verdadeira justiça social, acrescentando que o mesmo deve ser inclusivo e fazer uma menção clara a todas as formas de discriminação, com planos e objetivos concretos para fazer face a cada uma das formas de discriminação. -----

Referiu que, na opinião do BE, é particularmente preocupante a ausência de menções a uma estratégia concreta de promoção da não discriminação da comunidade LGBTIQA+ do Município, salientando que um documento como este não pode omitir fatores de discriminação e, ainda pior, não pode não definir uma única estratégia para os mitigar. -----

Concluindo, deixou um repto, dizendo que Santa Maria da Feira pode e deve declarar-se, o quanto antes, como um município em zona de liberdade LGBTIQA+, deve ouvir os ativistas que desempenham trabalho no território e deve, de forma clara e inequívoca, elaborar planos e estratégias de promoção da igualdade total e sem esquecer ninguém. -----

Interveio a deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“Eu gostaria de começar por parabenizar a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal porque este ponto, excepcionalmente, vem acompanhado por ata. E que diferença! Que diferença é poder trabalhar um ponto com uma ata que fala sobre aquilo que nós estamos a discutir. Sem dúvida que, realmente, isto sim, é garantir o direito à oposição e é realmente garantir a melhor execução dos trabalhos e melhor representatividade para quem nos elegeu. -----

Tem sido reivindicação do Partido Socialista, insistentemente, que sejam cedidas atas sobre os diferentes pontos, mas também tem sido reivindicação do Partido Socialista que sejam elaboradas estratégias e



planos municipais. Insistimos nestes alertas, não por sermos teimosos, mas, efetivamente, porque consideramos que estes planos são instrumentos fundamentais para garantir o bom e mais eficiente exercício das funções de qualquer gestão autárquica.-----

Portanto, estamos hoje a falar de um documento que tem como função orientar a definição de políticas públicas e, obviamente, correndo bem, ajuda-nos a priorizar as ações e investimentos mais eficientes, focados na resolução de problemas. Por esse motivo, parabenizamos a Câmara Municipal por nos apresentar um documento que vai ao encontro destes princípios. Sendo este um plano orientador, da leitura destacamos com agrado o facto de ter procurado orientações de documentos estratégicos nacionais e internacionais, tal como é o acordo da Agenda 2030, que nos traz 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, dos quais um é inteiramente dedicado à redução das desigualdades.-----

Temos então um documento com objetivos e metas e indicadores de execução, no entanto, temos um documento que se baseia numa análise SWOT precária, na medida em que tem fraquezas naquilo que é a definição do apuramento de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, deixa de fora temas tão fraturantes como são a empregabilidade, respostas ao nível da rede dos transportes públicos locais, associada às populações mais vulneráveis e em risco de exclusão, segurança e iluminação na via pública, deficiência, idade, entre tantos outros pontos que deveriam ter sido contemplados nessa análise SWOT, e que não foram.-----

Se ficamos satisfeitos e elogiamos a integração das preocupações vertidas e de outras estratégias nacionais e europeias dentro da temática, infelizmente, constatamos ausência de documentos ou, pelo menos, de alinhamento com documentos tão fundamentais como são a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza ou a Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência. O documento fala de um diagnóstico que terá sido atualizado, no entanto, não tivemos acesso a esse diagnóstico, e seria



fundamental compreendermos que diagnóstico foi feito e o que é que ele identificou. Dessa forma, teríamos percebido algumas das medidas e opções que foram tomadas.-----

Gostaríamos, portanto, de perceber onde é que podemos consultar esses diagnósticos e, também, porque é que estamos no início do segundo semestre de 2023 a falar de um plano que tem de vigência 2022-2025. Gostaríamos também, e consideramos fazer falta neste plano, de encontrar medidas de execução mais direcionadas para os problemas diagnosticados e com orientação de resolução desses problemas. Não faz sentido incluir, como medida, o próprio Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação, em pleno funcionamento, porque isso não nos resolve absolutamente nada, tal como também não faz sentido a divulgação do plano no website.-----

Portanto, este tipo de medidas poderia, sim, fazer parte de uma estratégia municipal, porque essa sim, uma estratégia municipal é algo mais macro, de contextualização e direcionamento de decisões. No entanto, um plano é algo muito mais operativo, e é isso que nós não vemos neste documento, essa operacionalidade mais direcionada para a supressão de fragilidades e de atividades de concretização efetiva. Não o vemos neste documento. Gostaríamos, por exemplo, de ver a redefinição de respostas nos transportes públicos municipais, de forma a assegurar a igualdade de oportunidades no acesso aos mesmos, desde o nível da eficiência nos trajetos, garantindo que são respostas mais eficazes para os feirenses afastados do centro do Concelho, em situações de desfavorecimento, tal como também poderia fazer sentido ver aqui vertida a questão da acessibilidade para pessoas com deficiência e incapacidade, nessa mesma reformulação.-----

Outro exemplo, seria a criação de uma linha de empregabilidade protegida, como medida impulsionadora de inclusão no mercado de trabalho, de jovens em início de carreira e de pessoas com deficiência, ou mesmo de



pessoas com idade mais avançada e que estão a enfrentar uma situação de desemprego. Ou mesmo, até, a retificação da iluminação pública para assegurar mais segurança e conforto da circulação pedonal no espaço público, à noite.-----

Consideramos existir um espaço muito grande de necessidades, de oportunidades, para melhoria neste documento, e embora possamos, obviamente, estar de acordo na necessidade de que exista um plano, não poderemos, em consciência, aprovar um plano, ou votar favoravelmente um plano que não cumpre os propósitos daquilo que é um plano desta natureza. No entanto, não poderemos reprová-lo a existência do plano. É fundamental a criação de instrumentos orientadores, precisamos, sim, de olhar para eles com outra seriedade, com outra maturidade e, aqui, continuamos a pecar.-----

Esperemos que estas contribuições possam ser vertidas num próximo plano.” – Fim de citação.-----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que disse o que, de seguida, se passa a citar:-----

“Quando vimos a ordem de trabalhos e vimos este ponto inscrito, pareciam-nos que era um tema consensual e que não se justificava vir cá fazer nenhum comentário sobre ele.-----

O problema é quando vamos ler os documentos e começa a surgir uma série de questões. Muitas vezes, o ‘diabo’ está nos detalhes. Não sobre a importância deste tema ou da importância de termos um plano, mas de alguns detalhes que queria falar, e interpretem-me como questões muito concretas e não pôr em causa o princípio geral, que obviamente todos estamos de acordo.-----

E são 5 comentários muito rápidos.-----

Primeiro, o valor da igualdade e da não discriminação é um valor constitucional. Não precisamos de estar, cada um de nós, a dizer que é



mais amigo da igualdade, ou mais contra a discriminação, porque mesmo que quisesse ser contra, a lei não o permitiria. Portanto, o que não aceitamos, muitas vezes, é que algumas forças políticas entendam que este é o seu feudo, e que não é dos outros, mas isso já é outra conversa. ----- Estamos, obviamente, de acordo com a intenção de incentivar atividades e políticas que promovam a não discriminação, de qualquer natureza. É a base de qualquer democracia liberal, em que acreditamos.----- A segunda nota, para perguntar o que é que estamos, então, aqui a votar? É o Plano de Igualdade e Não Discriminação. E se é, e como já disse a Lia, porque é que estamos a votar um plano para o período 2022-2025 quando estamos a meio de 2023? ----- Há bocadinho, o Sr. Presidente dizia que não podíamos ter as atas no site porque ainda não tinham sido aprovadas, mas este plano já está no site, e não foi aprovado. Basta ver o site da rede social, está lá, já há algum tempo, este plano disponível. Afinal, a Assembleia está aqui para aprovar ou apenas para fazer um papel decorativo?----- Terceira nota. Como dizia a oposição na reunião de Câmara, o documento apresentado faz um conjunto de propostas, muitas delas abstratas e teóricas, sem um diagnóstico prévio, sem quantificação de resultados do plano anterior. E é verdade que, a este documento, não vem anexado nenhuma análise, nenhum diagnóstico, aliás, o senhor vereador, na reunião, dizia que não era preciso, que isto decorre da própria dinâmica destes processos e que essa quantificação ou essa análise seria sempre desnecessária. ----- No entanto, no mesmo site onde já está o plano, há um diagnóstico, que não nos foi apresentado, que não nos foi enviado. É um diagnóstico elaborado em 2021, que se chama Diagnóstico de Igualdade de Género e Não Discriminação do Município de Santa Maria da Feira. E, portanto, não se compreende porque é que ele não acompanha esta proposta, porque é que a proposta não refere, de forma mais precisa, a sua existência e os



dados que permitem dali retirar o conjunto de propostas que temos.-----
Não temos tempo para analisar esse diagnóstico, ele é complexo, é multidimensional, toca em muitos temas, desde o tema da solidariedade social, a população estrangeira, as minorias étnicas, a comunidade cigana, a população idosa, a violência doméstica, a população reclusa, etc. E até aqui está tudo bem, o diagnóstico tem essa análise, e o Plano, à partida, vem dar resposta às questões que são ali identificadas.-----

Mas a minha pergunta é: como é que se fazem estes documentos? Na prática, como é que eles são produzidos e como é que eles vêm cá? Quem é que se ouve para fazer as propostas? Foram ouvidos os sindicatos, por exemplo, sobre os temas da desigualdade salarial? Foram ouvidos os seniores abandonados, como se fala que é um problema que temos no Concelho? Foram ouvidos aqueles que o Sistema Nacional de Saúde deixa para trás? Foram ouvidos os representantes das CERCI, os migrantes, aqueles que são referidos no diagnóstico? A comunidade LGBT, como falou aqui há bocadinho o Tiago? Não. -----

Foram ouvidos técnicos do Município, foram ouvidos aqueles que já trabalham nesta área, e fez-se um Focus Group com o MDM, que tem sede em Lisboa e que tem uma orientação político-partidária muito clara, foi ouvida a Associação Plano I, que é do Porto, criada por 5 jovens ativistas feministas, que são do Porto, nenhuma delas é de cá, foi ouvida a UMAR, que é outra associação do género, e foi ouvido o Espaço Trevo, que é um co-promotor do próprio estudo. É assim que se fazem os diagnósticos? É assim que se apresentam propostas? Na verdade, o diagnóstico acaba por ser uma listagem exaustiva daquilo que a Câmara já faz, e dos seus parceiros, muito em autoelogio, em autocongratulação.-----

Quarta nota, muito rápida. Então, o que é que ele está a propor? Do que foi dito aqui, também muita retórica, muito discurso que parece o discurso de Miss-Mundo, muito genérico, e o que se propõe, muitas vezes, é aquilo que já está na lei, questões que decorrem da lei. E, depois, coisas práticas,



propõe-se nomear uma equipa, dois conselheiros, criar um gabinete, intervir junto dos agressores promovendo a sua cultura de responsabilização, que eu não sei o que é, o empoderamento, campanhas, mais campanhas, reuniões, mais reuniões, workshops sobre linguagem inclusiva.-----

Para terminar, apesar da importância do problema, as respostas parecem muito frágeis, muito teóricas, muito pouco efetivas na relação com os problemas que estamos aqui a falar.-----

E, portanto, parece-me um exercício voluntarista, e falando da linguagem inclusiva, propõe-se, por exemplo, fazer workshops de linguagem inclusiva, documentos de linguagem inclusiva. Onde é que já ouvimos isto?-----

A Câmara quer entrar no politicamente correto, quer entrar no discurso da moda, e foi assim que começou, por exemplo, muita da censura que temos hoje. Ao ir atrás da moda está a produzir alterações linguísticas, está a criar novas palavras, quer eliminar palavras, e está, muitas vezes, a tentar mudar o mundo pelas palavras, e o mundo não se muda pelas palavras. O mundo muda-se pelas ações, e não podemos achar, como dizia o Ricardo Araújo Pereira, que dizer alguma coisa é igual a fazer alguma coisa. Não é a mesma coisa. Por isso, a verdadeira discriminação não está nas palavras, a discriminação está na pobreza, está no acesso à educação, está no acesso à saúde, e, sobre isso, muito pouco é dito como é que se vai resolver.-----

Apesar destas críticas, obviamente, não podemos ser contra a existência de um plano, mas achamos que o seu detalhe deixa muito a desejar.” – Fim de citação.-----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que disse que todos querem que Santa Maria da Feira seja um concelho mais inclusivo, que não tenha preconceitos e não faça discriminações. Referiu que há muito a fazer neste âmbito e é bom ter uma estratégia e um plano, mas que, agora, é preciso passar à ação e começar pelo mais básico. Disse que é preciso perceber



quem tem essas carências, comentando que, no dia de amanhã, qualquer pessoa pode ter tais necessidades. -----

Salientou que o Município deve continuar a evoluir nessa linha, nessa dimensão, e que espera que os grupos de trabalho comecem a dar fruto, em prol dos feirenses que tão carenciados estão de algumas soluções, dando nota que o Município tem andado a pregar no deserto, ao longo dos últimos anos, no respeitante a esta matéria. -----

Interveio a deputada municipal **Ana Lamas** (PSD) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“Relativamente ao Plano de Igualdade e Não Discriminação, verifica-se que aos longo dos anos o nosso Município tem vindo a desenvolver e a apostar numa intervenção no âmbito da Cidadania, Igualdade de Género, Não Discriminação e Responsabilidade Social. Neste sentido, tem desenvolvido várias ações, projetos e iniciativas para fazer responder a estes temas, tal como se verifica através da criação do Projeto Direitos & Desafios, em 1997, da criação do Espaço Trevo em 2006, e do 1.º Plano de Ação para a Igualdade, concebido em 2011 e aprovado em 2012, e do trabalho continuado desde então através do GINDMSMF - Gabinete de Igualdade e Não Discriminação do Município de Santa Maria da Feira. -----

O percurso que vem sendo trilhado para a promover a Cidadania, a Igualdade de Género, a Não Discriminação e a Responsabilidade Social, exige que se continuem a promover e a desenvolver ações e iniciativas nestas áreas, pelo que o 2.º Plano para a Igualdade e Não Discriminação agora apresentado para o período 2022-2025 é mais uma demonstração do compromisso do Município com a igualdade de género e com a promoção da qualidade de vida dos seus cidadãos. Assim, verifica-se que neste Plano foram desenhadas e implementadas práticas para responder a vários desafios como a representação igualitária na tomada de decisões, a



sensibilização e intervenção para o combate à violência intrafamiliar, a diminuição dos níveis de pobreza e exclusão social e precariedade laboral, e uma maior conciliação e promoção das responsabilidades familiares e domésticas.” -----

Usou da palavra o **Sr. Vice-Presidente da Câmara** para dar os devidos esclarecimentos, começando por dar nota que o documento em apreço é, essencialmente, técnico, elaborado por técnicos, e, portanto, a dimensão de participação política, dos eleitos, é muito curta. Reforçou que é um documento elaborado por pessoas que trabalham, no dia a dia, com estas matérias. -----

Sobre as diversas intervenções tidas, disse considerá-las normais porque cada partido sublinhou aquilo que é a sua bandeira política nestas matérias, ressaltando que o representante da CDU, por exemplo, veio dizer que faltou à Câmara ouvir o MDM e a CGTP, e todos percebem o porquê, mas, depois, o representante da IL veio referir que o MDM até foi ouvido, mas que tem sede em Lisboa. -----

Disse, sobre isto, que até podia dar mais explicações, salientando que algumas das pessoas presentes na sala são membros do MDM, mas que, por razões óbvias, não iria dizer quem, reafirmando que cada um dos partidos elencou aquelas que são as suas preocupações. -----

Salientou que falar sobre tudo é falar sobre nada, pelo que fazer a apresentação de diagnósticos muito elaborados, sobre todos os temas, com apresentação de powerpoints muito bem feitos, não é uma especialidade do PSD. -----

Referiu, a propósito do falar e do fazer, que fazer é tratar destas questões desde 1997, altura em que as mesmas ainda não estavam na moda. -----

Disse que fazer é ter, desde 2006, o Espaço Trevo, é ter, desde 2013, o protocolo de autonomização das vítimas de violência doméstica, com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Secretaria de Estado de



Assuntos Parlamentares e da Igualdade e a Secretaria de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa. Deu nota que fazer é ter ganho o prémio Viver em Igualdade de 2014 e de 2015, no âmbito da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, assim como é ter o Gabinete de Atendimento e Informação à Vítima (GAIV) desde 2015. ----- Acrescentou que fazer é ter o Espaço Arruda, desde 2019, numa articulação com os serviços da Direção-geral de Reinserção e Serviços Prisionais e com a Casa dos Choupos, e é ter, desde 2020, um protocolo para a Territorialização da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica, assinado com a Associação de Municípios das Terras de Santa Maria e cujo processo foi liderado pelos mesmos técnicos do Município de Santa Maria da Feira que efetuaram o Plano agora em discussão. ----- Referiu ainda que fazer é ter, desde novembro de 2021, uma resposta de apoio psicológico e psicoterapeuta a crianças e jovens vítimas de violência doméstica, nos municípios da Associação de Município das Terras de Santa Maria, bem como é ter o Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes, desde 2002, numa altura em que ainda não havia crises de migrantes. ----- Concluindo, disse ser natural que os técnicos do Município possam não ser tão eficazes a fazer planos quanto aquilo que os membros desta Assembleia desejavam, mas, a executar no terreno, entende que merecem a consideração de todos. -----

Interveio a deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) que disse que o grupo municipal do PS gosta de saber o que já existe e em curso, inclusive o que é garantido por outras entidades que não o Município, mas que aquilo que gostava de saber é que medidas adicionais a Câmara vai implementar para reduzir as desigualdades. Realçou que, como já disse, muitas das medidas que constam do Plano são tudo menos medidas de intervenção direta no território e que, realmente, representem soluções para resolver problemas,



reafirmando que um exemplo disso é que uma das medidas mencionadas é a execução do Plano. Salientou que o Plano existe e vai ser executado, o qual tem medidas, pelo que a execução do mesmo não pode ser uma medida, ressaltando que isso é confundir o que é um plano.-----

Referiu que, da mesma forma, colocar o Plano no website não pode ser considerado uma medida, pois isso é concretizar a responsabilidade que o Município tem de divulgar a existência do mesmo e de o disponibilizar. Salientou que é importante não confundir o que é a obrigação do Município e o que é o procedimento administrativo de qualquer plano, com aquilo que são medidas de combate a problemas reais no território, fazendo notar que eram essas medidas que, dada a sua importância, gostava de ver no Plano, mas que não vê. -----

Disse ser verdade que existem algumas respostas, mas que são insuficientes, caso contrário não seriam necessários planos, quer a nível nacional como internacional, acrescentando que, havendo planos, então que sejam eficientes, focando que os eleitos têm a função de garantir respostas adequadas a quem delas precisa. -----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que disse querer obter resposta a duas questões que não foram respondidas, questionando porque é que o Plano é para 2022-2025 quando já decorreu metade de 2023, e, em segundo lugar, porque é que o mesmo já foi divulgado no portal se ainda não foi aprovado por esta Assembleia Municipal.-----

Interveio o membro **Carlos Seixas** (PSD) que começou por dar uma nota prévia, dizendo que os partidos da Oposição constantemente ultrapassam o tempo de intervenção que lhes é atribuído, pelo que considera que o Direito de Oposição está a ser cumprido nesse aspeto, e até em demasia. Referiu que, às vezes, alguns partidos têm dificuldade em aceitar que o PSD tem a maioria nesta Assembleia e na Câmara Municipal, mas que tal



acontece porque os feirenses democraticamente assim o quiseram, comentando que é preciso saber aceitar isso. -----

Sobre o ponto em apreço realçou que, da discussão, não percebeu absolutamente nada do que querem os partidos da Oposição, fazendo notar que, no seu entendimento, nada disseram de concreto sobre que medidas propõem ou defendem. -----

Usou da palavra o **Sr. Vice-Presidente da Câmara** que começou por dizer que o Executivo tomou em boa nota tudo o que foi dito e que fará chegar aos técnicos da Câmara a discordância dos deputados municipais em relação a muitas das matérias, da falta de outras, da inação que existe. Referiu que, respondendo à deputada municipal Lia Ferreira e para descanso desta, a Câmara está em coordenação com o Governo em relação a estas matérias, comentando que o Governo também tem os seus atrasos, nomeadamente nas verbas, e que o facto do presente Plano só estar a ser apresentado neste momento tem a ver com as negociações e com os acordos que foram sendo feitos, e porque, entretanto, saiu o aviso para acesso a fundos comunitários. -----

Sobre o facto do Plano já estar publicado no site da Câmara disse que iria averiguar a razão para tal, sendo certo que não é por nenhum desrespeito pela Assembleia Municipal até porque se trata de um documento que está em análise, pelo que presume que não seja essa a principal preocupação dos deputados municipais no respeitante a esta matéria. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 25 votos a favor (PSD:24, IND) e 17 abstenções (PS:12, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU), aprovar o Plano de Igualdade e Não Discriminação do Município de Santa Maria da Feira, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

A deputada municipal **Susana Correia** (PS) fez a seguinte declaração de



voto:-----

“O grupo municipal do Partido Socialista vê-se na obrigação de fazer uma declaração oral em relação à abstenção, neste ponto, tendo em conta as palavras do Sr. Vice-Presidente desta Câmara Municipal. -----

Sr. Vice-Presidente, os partidos, nomeadamente o grupo municipal do Partido Socialista, não está contra os técnicos, e o Sr. Vice-Presidente não deve referir isso. A nossa intervenção foi relativamente à falta de ambição e à falta de explicação dos senhores vereadores responsáveis em relação a esta matéria. Não tem nada a ver com os técnicos. Esta é a nossa declaração de voto.”-----

O **Sr. Vice-Presidente da Câmara** pediu a palavra, dizendo que, para que não haja dúvidas, não disse aquilo que acabou de ser referido pela deputada municipal Susana Correia. -----

Reentrou o membro Alexandra Sousa.-----

14 - Programa Movimento e Bem-Estar - Transferência de verbas 2022-2023-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 22 de maio de 2023 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Verificando que nenhum membro pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 43 votos a favor (PSD:24, PS:13, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar a



transferência de verbas, no âmbito do programa em epígrafe, para as Juntas de Freguesia, que, seguidamente, se identificam: -----

- Junta de Freguesia de Arrifana – 1.137,50 €; -----
- União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – 2.150,00 €; -----
- União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – 1.125,00 €; -----
- Junta de Freguesia de Lourosa – 5.117,50 €; -----
- Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares – 1.075,00 €; -----
- Junta de Freguesia de Paços de Brandão – 1.100,00 €; -----
- Junta de Freguesia de Rio Meão – 1.075,00 €; -----
- Junta de Freguesia de Romariz – 1.297,50 €; -----
- Junta de Freguesia de Sanguedo – 1.285,00 €; -----
- Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas – 2.262,50 €; -----
- União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – 2.782,88€; --
- União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – 3.400,00 €. -----

15 – Programa de Apoio ao Desporto: Medida 6 – Apoio a equipamentos desportivos: d) Manutenção de pavilhões gimnodesportivos -----

- Atribuição de Apoio à União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 8 de maio de 2023 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Interveio o membro **Marco Jesus** (PS) que disse que, tendo várias entidades visto serem admitidas as suas candidaturas ao apoio, a questão que faz é porque é que só está a ser pedida a aprovação do apoio a atribuir



à União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior, e não também quanto às restantes entidades.-----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que disse ter reparado que, no âmbito deste processo, só uma das candidaturas foi excluída, relativa ao pavilhão de Santa Maria de Lamas, isto porque a candidatura foi submetida pelo Clube Futebol União de Lamas, o qual não tem modalidades federadas de pavilhão. Referiu que o regulamento foi aplicado e que nada tem a dizer sobre isso, comentando que os técnicos e os decisores políticos cumpriram, obviamente, o seu papel. -----

Fez notar que, no entanto, há uma necessidade da população e de quem pratica desporto naquele espaço, pelo que pergunta se, independentemente do que diz o regulamento, há alguma forma de permitir que aquele pavilhão, que já teve muito mais atividade e que atualmente tem problemas infraestruturais graves, possa ser usado de forma mais qualificada quer pela população, quer para a prática de desporto amador, quer para a prática de desporto federado.-----

Salientou que quem fica a perder é a população, questionando se não poderá haver uma revisão ao regulamento para que estas questões não prejudiquem, em última instância, a população e quem pratica desporto, comentando que, embora percebendo a aplicação do regulamento, o bem público não foi, na prática, beneficiado.-----

Usou da palavra o **Sr. Vice-Presidente da Câmara** que, relativamente à questão colocada pelo membro Marco Jesus, esclareceu que apenas é pedida a aprovação da Assembleia quanto ao apoio a atribuir à União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior porque, tratando-se de um apoio a uma junta de freguesia, tem que ser aprovado pela Assembleia Municipal. - Sobre a preocupação manifestada pelo membro Carlos Martins disse que essa é também uma preocupação da Junta de Freguesia de Santa Maria de



Lamas, com a qual a Câmara tem mantido um diálogo sobre esta matéria com o objetivo de encontrar a fórmula para que aquele pavilhão, que, pela sua história, é um pavilhão emblemático do Concelho, possa ser devolvido à população em toda a sua plenitude, pelo que considera pertinente que essa questão tivesse sido colocada. -----

Submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 43 votos a favor (PSD:24, PS:13, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar a atribuição à União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior de um apoio no valor de 10.000,00 €, no âmbito do programa em epígrafe, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

Saiu o membro António Valdemar Ribeiro. -----

16 - Proposta de constituição de júri para concursos de cargos de dirigente-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 19 de junho de 2023 e restante documentação que a acompanha - oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Submetido o assunto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto e por maioria, com 27 votos a favor e 15 votos em branco, aprovar a constituição dos seguintes júris para o recrutamento dos cargos de dirigentes, das seguintes unidades orgânicas: -----

1. Departamento de Cultura, Educação, Juventude e Turismo: -----
- Presidente: Maria Manuela Henriques Coelho Silva, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social, Saúde e Habitação; -----



Vogal 1 - Paulo Manuel Moreira Ferreira, Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro;-----

Vogal 2 - Lília Pinto, Diretora do Departamento de Intervenção Social, do Município de Matosinhos.-----

2. Departamento de Obras Municipais -----

Presidente - Francisco Miguel Pinto Mota, Diretor do Departamento de Equipamento, Infraestruturas e Gestão de Frotas;-----

Vogal 1 - Paulo Manuel Moreira Ferreira, Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro;-----

Vogal 2 - Cristina Maria Santos Rodrigues, Diretora do Departamento de Urbanismo, Planeamento, Transportes e Mobilidade.-----

3. Divisão de Educação e Juventude-----

Presidente - Andreia Daniela Coelho Santos, Diretora do Departamento de Cultura, Educação, Juventude e Turismo (nomeada em regime de substituição);-----

Vogal 1 - Maria Manuela Henriques Coelho Silva Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social, Saúde e Habitação;-----

Vogal 2 - Dra. Lília Pinto, Diretora do Departamento de Intervenção Social, do Município de Matosinhos.-----

4. Divisão de Fiscalização de Empreitadas-----

Presidente - Paulo Alexandre Costa Antunes, Diretor do Departamento de Obras Municipais (nomeado em regime de substituição);-----

Vogal 1 - Álvaro Filipe Ventura Mota, Chefe da Divisão de Gestão de Edifícios;-----

Vogal 2 - Joaquim Lopes Batista Pedreiras, Chefe da Divisão Rede Viária e Trânsito.-----

5. Gabinete de Gestão de Energia e Eficiência Energética-----

Presidente - Paulo Alexandre Costa Antunes, Diretor do Departamento de Obras Municipais (nomeado em regime de substituição);-----

Vogal 1 - Francisco Miguel Pinto Mota, Diretor do Departamento de



Equipamento, Infraestruturas e Gestão de Frotas; -----
Vogal 2 - Joaquim Lopes Batista Pedreiras, Chefe da Divisão Rede Viária e
Trânsito. -----

6. Gabinete de Coordenação de Segurança, Projeto e Obra -----
Presidente - Paulo Alexandre Costa Antunes, Diretor do Departamento de
Obras Municipais (nomeado em regime de substituição); -----

Vogal 1 - Francisco Miguel Pinto Mota, Diretor do Departamento de
Equipamento, Infraestruturas e Gestão de Frotas; -----

Vogal 2 - Álvaro Filipe Ventura Mota, Chefe da Divisão de Gestão de
Edifícios. -----

7. Gabinete de Engenharia-----

Presidente - Paulo Alexandre Costa Antunes, Diretor do Departamento de
Obras Municipais (nomeado em regime de substituição); -----

Vogal 1 - Francisco Miguel Pinto Mota, Diretor do Departamento de
Equipamento, Infraestruturas e Gestão de Frotas; -----

Vogal 2 - Pedro André Gonçalves Araújo, Chefe da Divisão Fiscalização de
Empreitadas (nomeado em regime de substituição). -----

8. Gabinete de Arquitetura-----

Presidente - Paulo Alexandre Costa Antunes, Diretor do Departamento de
Obras Municipais (nomeado em regime de substituição); -----

Vogal 1 - Francisco Miguel Pinto Mota, Diretor do Departamento de
Equipamento, Infraestruturas e Gestão de Frotas; -----

Vogal 2 - Pedro André Gonçalves Araújo, Chefe da Divisão Fiscalização de
Empreitadas (nomeado em regime de substituição). -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

O Sr. Presidente da Assembleia informou que a munícipe Lúcia de Sousa
Gomes, inscrita para falar neste Período sobre o tema “Cumprimento do
Regimento e Funcionamento da Mesa”, fez comunicar à Mesa da sua
impossibilidade de estar presente nesta sessão, por motivos pessoais. -----

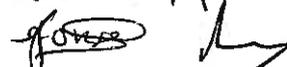


Documentos presentes à sessão da Assembleia Municipal-----

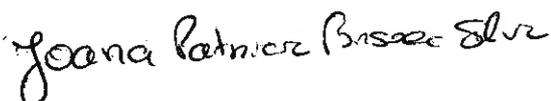
Todos os documentos submetidos à presente sessão fazem parte integrante desta ata e ficam arquivados em pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

De seguida, e após feita a leitura da ata em minuta, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a mesma a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta desta sessão. -----
Nada mais havendo a tratar, às 00 horas e 40 minutos do dia 1 de julho de 2023, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou a sessão de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

O Presidente,

Não assinou a presente ata, por haver falecido, entretanto. 

A 1.ª Secretária,



A 2.ª Secretária,

